

ATA Nº11

----- Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 16 de dezembro de dois mil e vinte e dois. -----

-----Ao décimo sexto dia do mês de dezembro dia de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas, no Auditório do Centro de Educação e Recreio em Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelo(a)s senhore(a)s Maria Helena Marques dos Santos e Tony Richard de Oliveira Almeida com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----A – Apreciação e votação das atas das sessões de 30/09/2022 e 28/10/2022; -----

-----B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----

-----C – Justificação de faltas; -----

-----D – Intervenção do Público; -----

-----E – Período “antes da ordem de trabalhos”; -----

-----F – Período da “ordem de trabalhos”: -----

----- PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- PONTO DOIS: PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VAGOS E SANTO ANTÓNIO DE VAGOS - LEI 39/2021, DE 24 DE JUNHO; -----

----- PONTO TRÊS: PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTE DE VAGOS E SANTA CATARINA - LEI 39/2021, DE 24 DE JUNHO; -----

----- PONTO QUATRO: PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FONTE DE ANGEÃO E COVÃO DO LOBO - LEI 39/2021, DE 24 DE JUNHO; -----

----- PONTO CINCO: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – ANO 2022; -----

----- PONTO SEIS: IMPOSTOS MUNICIPAIS – DERRAMA – ANO 2022; -----

-----PONTO SETE: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – RENDIMENTOS DO ANO 2023; -----

----- PONTO OITO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP - ANO 2023; -----

----- PONTO NOVE: VAGOS SOCIAL –REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS SOCIAIS DE VAGOS; -----

----- PONTO DEZ: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO – ANO 2023; -----

----- PONTO ONZE: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2023. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Andreia Pereira dos Santos Marques Sérgio Manuel Jesus Martins, Victor Fernando Santos Neto Liliana Barreira, Hugo Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Hermes Fernandes, em substituição de Xavier Prior, e Sérgio Domingos, em substituição de Madalena Marques Santos Simões Pinto, eleitos na lista do PSD. -----

-----Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Diana Ferreira Julião, Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

-----Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e Bruno Marcelo Regalado Julião, eleitos na lista do PS. -----

-----Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; João Paulo das Neves Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Xavier Prior Neto e Madalena Marques Santos Simões Pinto. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e o(a)s senhora(s) Vereador(a)s Dulcília Sereno, Maria do Céu Marques, Sara Raquel Rodrigues Caladé, Pedro Miguel Carvalhais Bento e Susana Maria Ferreira Gravato --

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 30 de setembro e 28 de outubro de 2022.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação as atas, tendo as mesmas sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal– O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre os dias 03 de outubro e 16 de dezembro, de dois mil e vinte e dois. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos membros que não estiveram presentes na sessão de 28 de outubro de 2022 e aos senhores Deputados Xavier Prior Neto e Madalena Marques Santos Simões Pinto, que faltaram à

sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

-----Do público pediram para intervir os senhores Silvino Corticeiro, Paulo Jorge Grave, João Luís Santos e Johnny Pedrogão Dias. -----

----- **Silvino Corticeiro** – O senhor Silvino Corticeiro usou da palavra e referiu que veio a esta Assembleia solicitar ao senhor Presidente da Câmara que fosse feita alguma pressão junto das entidades competentes para reabrir o Posto Médico da Gafanha da Boa Hora, pois há população inscrita para dois médicos e nem um têm. Disse que este assunto já foi abordado na Assembleia de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, e que lhe responderam que não podiam fazer nada, como está registado em ata e nas gravações. Questionou sobre o ponto em que se encontra o PDM da Freguesia da Gafanha da Boa Hora, uma vez que já há alguns anos que se anda a adiar e é um bem necessário para os habitantes daquela localidade. Questionou também onde andam os técnicos da Câmara Municipal que não têm visto a má gestão dos dinheiros públicos na estrada principal, uma vez que é uma estrada camarária e a maior parte das sarjetas não estão ligadas e as pessoas reclamam de terem “piscinas” em frente das casas e com os carros a passarem atiram a água para dentro das casas. Por fim, disse que na estrada onde foi colocado o tapete a maior parte das sarjetas estão mais altas que a estrada. -----

----- **João Luís Santos** – O senhor João Luís Santos usou da palavra e referiu que vinha alertar para a limpeza das valas, nas zonas de Lombomeão, Lomba e Vigia. Nestas zonas existem terras que estão completamente alagadas, terras que são cultivadas e, por isso, devia existir prevenção. Continuando, perguntou qual é o afastamento, por lei, para a plantação de árvores junto às valas. As pessoas plantam eucaliptos e choupos, e outras árvores, em cima das valas, impedindo a limpeza das mesmas e recorrendo a máquinas. O senhor João Luís agradeceu a limpeza efetuada na Quinta da Mónica, no canto sul. Em relação aos processos de obras, fez um reparo para os atrasos. Disse que tem ouvido falar que existem processos de obras que estão com um atraso de seis meses a um ano, para serem aprovados e para sair a licença. Neste momento não tem processos seus, mas como está ligado à construção, por vezes, é complicado começar uma obra, porque os processos demoram três e quatro meses a serem despachados pela Câmara Municipal. Alertou ainda para os lixos e capinagem, ou seja, para quando andarem a capinar as bermas, sejam de valetas de estrada ou de pinhal, passar uma equipa a limpar os plásticos, e os outros lixos existentes, porque esse fracionamento do lixo vai para os recursos hídricos afetando os rios, que todos têm de preservar. -----

----- **Paulo Jorge Grave** – O senhor Paulo Jorge Grave usou da palavra e começou por colocar uma questão relacionada com as reparações que parecem ser feitas pela AdRA, onde são usadas verguinhas de L e Aço em plena via pública. Perguntou se, no caso de haver um acidente grave, como o que presenciou no passado dia nove, às nove horas e quarenta e seis minutos, quem é o responsável, uma vez que se está a falar de estradas municipais. -----

----- **Johnny Pedrogão Dias** – O senhor Johnny Pedrogão Dias usou da palavra e lembrou os assuntos já por ele trazidos a esta Assembleia em sessões anteriores. Em relação aos passeios no

Bairro de São João e às floreiras que colocam no lugar dos estacionamento, teve conhecimento esta semana, através da senhora Vereadora Susana Gravato, que irão ser retiradas e irá ser pintado o chão. Disse que esta obra era para ser feita esta semana, mas por causa da chuva não foi possível. De seguida, disse que entregou ao senhor Presidente fotos de um acidente que ocorreu por falta de estacionamento e que mostram que é possível alargar o estacionamento, uma vez que os jardins são da Câmara Municipal e há espaço suficiente. Relativamente ao poste, em frente à moradia 23, disse que continua sem luz. Em relação à Rua da Capela, disse que foram lá levar os lancis e nada mais foi feito e pergunta o porquê. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**– O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões aqui formuladas. -----

Quanto às questões colocadas pelo senhor Silvino Corticeiro, sobre a reabertura do Posto Médico da Gafanha da Boa Hora, disse que, como se sabe, essa não é uma competência da Câmara Municipal. Infelizmente, é só preciso ligar a televisão para perceber que os problemas na saúde são transversais a todo o país. Ora, não sendo essa uma competência nem da Câmara Municipal nem da Junta de Freguesia, e tendo estas já feito a devida pressão sobre as entidades que têm competência para tomar decisões relativamente à área da saúde, não é verdade que a Junta de Freguesia não tenha feito nada. A Junta de Freguesia pressionou a Câmara Municipal que por sua vez pressionou as entidades que tem de pressionar e, infelizmente, é o estado de saúde que o país tem. E não é só na Gafanha da Boa Hora. É também em Covão do Lobo, Vagos, Soza, Ponte de Vagos. Mesmo nos que estão abertos, os problemas são transversais a todos. Infelizmente há um problema gravíssimo na saúde, nomeadamente e principalmente na falta de saúde nos cuidados primários, que depois conduzem as pessoas para os hospitais e chegam a estar dezassete e vinte horas à espera de serem atendidas. Esta situação acontece porque os serviços de saúde nos cuidados primários não funcionam e isto é uma questão transversal. Não é só na Gafanha da Boa Hora. Obviamente que a Câmara Municipal continuará a fazer pressão e a Autarquia já foi contactada por esta nova entidade de gestão da saúde para que se crie uma ULS, uma Unidade Local de Saúde, que terá a participação de todos os agentes de saúde, nomeadamente os responsáveis máximos da área hospitalar, dos cuidados de saúde primários. Infelizmente, nessa comissão, não estão os Autarcas, mas espera-se que esta nova Comissão Executiva, ou de Gestão, do Serviço Nacional de Saúde possa fazer aquilo que este Governo, nestes últimos sete anos, não foi capaz de fazer, que é dar respostas às pessoas. Continuando, disse que tem algumas dúvidas porque, não mudando o Governo, a política é a mesma. Não muda. As unidades têm de falar entre si, coisa que hoje não existe por falta de responsabilidade política. Existe uma responsabilidade política nesta ausência de comunicação entre todas as entidades, e assim não há resposta às populações. Reconhece que esta questão afeta bastante as pessoas da Gafanha da Boa Hora e do Covão do Lobo, mas também afeta as dos outros lugares do Concelho de Vagos, porque não há consultas e depois vão ao Hospital e arriscam-se a esperar muitas horas, ou vão ao privado. Neste momento são as únicas soluções que há no país para a área da saúde. Para se ter uma ideia, existe um problema gravíssimo no Hospital de Aveiro, ou seja, os Bombeiros quando

transportam os doentes de urgência o hospital não tem macas e a ambulância e os dois bombeiros ficam lá quatro ou cinco horas à espera que seja dispensada a maca. Esta situação tem uma responsabilidade política do Governo que é quem tem essa competência. -----

Em relação à questão do PDM, o PDM não é da Boa Hora, é o PDM do Concelho e em janeiro irão decorrer dois procedimentos. Neste momento estamos num procedimento de revisão do PDM, que se encontra em fase de conclusão, e vai ser iniciado o processo de alteração do PDM que irá ser colocado em discussão pública na reunião pública de janeiro. O processo de revisão do PDM é o que irá resolver os problemas que o senhor Silvino não mencionou especificamente, mas que sabe quais são. -----

Relativamente à estrada principal, disse que os técnicos da Câmara e a própria Câmara Municipal, logo a começar pelo senhor Vice-Presidente, têm acompanhado esses trabalhos e estão profundamente em desacordo com aquilo que o senhor Silvino referiu. Aquilo que aqui disse não corresponde à realidade dos factos. O trabalho está bem feito, as pessoas têm gostado, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia estão satisfeitas com os trabalhos e, por isso, não concorda com o que disse. Se estão em desacordo, é a democracia. -----

Em resposta às questões colocadas pelo senhor João Luís Santos, sobre a limpeza das valas o senhor Presidente disse que não tem presente os afastamentos previstos na Lei, mas eles existem e assim que tiver essa informação fá-la-á chegar ao senhor João Luís. No entanto, não é necessário saber as distâncias para saber que as pessoas não as cumprem que encostam as plantações de árvores às valas. Continuando, disse que quando os militares estiveram no Concelho de Vagos, há uns anos atrás, houve muitas dessas plantações que desapareceram, porque eles fizeram cumprir a lei. Para além disso, disse, a limpeza das valas não é responsabilidade nem das Juntas de Freguesia nem da Câmara Municipal. É verdade que a Câmara Municipal tem assumido essa tarefa, assim como algumas Juntas de Freguesia, como por exemplo Vagos e Santo António e Santo André de Vagos. Ainda há poucos dias o Presidente da Junta de Santo André de Vagos pediu ajuda à Câmara Municipal, porque há um proprietário que não limpa as valas nem deixa limpar. A Câmara Municipal vai tentando resolver aqueles problemas que são mais urgentes e, no caso de Santo André e Vagos, fez-se um magnífico trabalho. O que a Câmara Municipal vai tentar fazer é ver se consegue recuperar, novamente, a parceria com os militares de modo a que no próximo ano se consiga efetuar alguma limpeza, porque é um investimento brutal que se faz e que devia ser feito com mais frequência, mas o problema é que o orçamento da Câmara Municipal não chega para tudo e essa nem sequer é uma competência da Autarquia. -----

Em relação à limpeza na Quinta da Mónica, disse que não há que agradecer. A Câmara Municipal tem obrigação de fazer aquilo que lhe compete. -----

Quanto à questão da gestão urbanística, e ao facto de haver processos de obras que aguardam três ou quatro meses para serem aprovados, para licenciamento de uma obra nova, até é um tempo bastante aceitável. Muitas das vezes os processos demoram mais, mas nem todos têm o mesmo nível de complexidade. Um dos grandes problemas no Concelho de Vagos é que as

peessoas que construíram nas décadas de setenta, oitenta e noventa não têm licença de utilização e, hoje em dia, qualquer pessoa que precise de fazer uma escritura um dos documentos que lhe é exigido, no Cartório Notarial e na Conservatória, é a licença de utilização. Quando as pessoas se dirigem à Câmara para tratar da licença de utilização, esse processo, a correr bem, demora um ano, porque estamos a falar de obras que foram feitas legalmente, mas cujo processo não foi concluído e, por isso, não conseguem fazer uma escritura, nem uma doação, nem uma venda. Entretanto, quando vêm pedir a licença de utilização o processo, na maior parte das vezes, não é fácil, porque as pessoas, entretanto, fizeram mais uns anexos, que não estavam no processo original, fizeram mais obras, e depois têm de licenciar tudo. Sendo processo original, a Câmara Municipal até simplifica o procedimento. Basta um termo de responsabilidade do técnico a dizer que está a cumprir e é-lhe dada a licença de utilização. O problema são as novas edificações que não estavam lá e que requerem projeto que dá origem a um processo novo e como são processos muito complexos demoram bastante tempo. A Câmara Municipal também já chegou a aprovar processos num mês. Eram simples. A lei prevê um mecanismo de comunicação prévia em que as pessoas podem fazer a comunicação e começar a obra automaticamente, mas o técnico do requerente tem de se responsabilizar pelo cumprimento das normas legais. No entanto, disse admitir que é um dos aspetos que a Câmara Municipal tem de melhorar, e está a melhorar, mas tem ainda um longo caminho a percorrer. E quantas vezes os técnicos diziam às pessoas que o processo já estava na Câmara e ainda não tinham dado entrada? Imensos, desses também há uma série deles. Há um pouco de tudo a contribuir para a demora. -----

Em relação à capinagem, e aos plásticos, disse que a Câmara Municipal tenta fazer o seu melhor, mas também há aqui uma questão de educação ambiental. -----

Quanto às questões do senhor Paulo Grave, sobre a utilização das verguinhas “L” em aço, o senhor Presidente disse que irá averiguar e tentar perceber o que está em causa e no que respeita às reparações da AdRA disse que a Câmara Municipal faz sempre muita pressão, quando tem conhecimento dos casos, e a resposta que dão é que em Vagos fazem cerca de seiscentas reparações por ano. Por vezes a Câmara Municipal chama a atenção de uma ou outra reparação que não fica bem feita, infelizmente uma grande parte da rede viária do Concelho não está nas melhores, mas há coisas que são absolutamente inaceitáveis e faz questão de comunicar, sempre que tem conhecimento. -----

Em relação às questões colocadas pelo senhor Johnny Pedrógão Dias, sobre as floreiras, disse que, tal como já foi dito, irá ser resolvida. A solução passa por pintar os espaços, mas como chove há tanto tempo ainda não foi possível fazer esse trabalho. Em relação ao poste a informação que tem é que está resolvida, ou seja, já tem luz. Em relação à rua da Capela, este trabalho é feito em conjunto com a Junta de Freguesia. Foram descarregados os lancis e será feito o trabalho quando deixar de chover, porque com chuva não pode ser executado. Quanto ao acidente, este ocorreu porque o carro estava mal-estacionado, e não porque não havia estacionamento. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- **José Martins** – O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que o que o traz aqui são dois assuntos. Um deles não sabe se será o Executivo a resolver, mas é algo que o preocupa. O clima tem estado chuvoso e frio e as pessoas vão para tomar a vacina e estão do lado de fora à espera. Esta semana houve greve dos professores e os meninos, com a chuva forte, também estavam do lado de fora. Há pessoas que tentam ir às Finanças e como não têm marcação ficam do lado de fora à espera. As pessoas têm tantas preocupações com animais, com problemas que cada um julga que é o mais importante, e esquecem-se das pessoas de Vagos que deviam ser tratados com alguma dignidade. O senhor Deputado agradecia, se possível, que se alertasse quem de direito para ver se passa a haver outro tipo de comportamento com as pessoas de Vagos. Outro assunto que abordou prende-se com a estrada que vai para o antigo matadouro, que se encontra um pouco abandonada. Foi dito que se iria fazer alguma limpeza, mas a verdade é que ainda não foi feita. Outra questão que preocupa muito as pessoas de Vagos são as obras da Estrada da Fonte que estão a decorrer, mesmo com chuva, e o senhor Deputado pergunta qual é o prognóstico para aquela obra ficar circulável. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra para solicitar alguns esclarecimentos e dizer que concorda com as questões levantadas pelo senhor Deputado José Martins. A primeira questão que coloca prende-se com a EN109 e qual o ponto de situação da transferência de competências, pois teve conhecimento que Estarreja já fez esse acordo. Ainda sobre a EN109 perguntou se na Freguesia de Calvão seria possível implementar uns semáforos no cruzamento da Padaria “Broa do João” e qual a legalidade dos estacionamento que foram desenhados em frente ao prédio da Caixa de Crédito Agrícola. Em relação ao Palacete Visconde de Valdemouro perguntou qual o ponto de situação sobre a derrocada. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por falar da Unidade Local de Saúde de Aveiro, que foi anunciada e representará uma novidade esta ligação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares. Todos esperam que represente também um reforço da oferta de saúde na região de Aveiro, e para Vagos. O senhor Deputado pergunta que comentário tem o senhor Presidente da Câmara Municipal a fazer, sendo certo que esta entidade, das Unidades Locais de Saúde, até tem no Conselho de Administração um representante dos órgãos autárquicos. A segunda questão, também da área regional, prende-se com a Capital da Cultura. Aveiro perdeu a Capital da Cultura para Évora. Foi uma pena para todos. A cultura faz muita falta, e o senhor Deputado gostava de ouvir um comentário do senhor Presidente da Câmara sobre esta derrota, uma derrota para todos os cidadãos da Região de Aveiro, com gente tão ilustre a apoiá-la, como o Presidente da Comissão de Honra, o Engº Carlos Moedas. A terceira questão abordada prende-se com a Rua da Fonte, ou seja, que é inaceitável, para além de intransitável. São meses de lama, de poeiras e de interrupção da atividade comercial. A Câmara Municipal tem em outras situações apoiado alguns comerciantes e aqui exige-se também que haja algumas medidas de compensação a pessoas que muitas das vezes não sabem da manhã para a tarde se podem ter o estabelecimento aberto ou não. Em relação à rotunda no fim da Rua da Fonte esta está inacabada e aberta ao trânsito com três postes no meio da estrada, dois

de um lado e outro do outro sem nenhuma sinalização especial. O trânsito começa a ser uma preocupação enorme para os vaguenses. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que na Assembleia Municipal passada falou, e até manifestou, a necessidade de haver algum esclarecimento à população sobre a forma como vai funcionar a rede intermunicipal de transportes. Uma vez que esses esclarecimentos não foram prestados aqui nesta Assembleia felicitou o Jornal O Ponto pelo bom serviço público que prestou com a recente entrevista ao senhor Presidente da Câmara sobre o tema, onde foram esclarecidas questões referentes àquilo que se vai passar. Na realidade, na entrevista, aquilo que é verdadeiramente fundamental, preços, horários e rotas, pouco foi adiantado, o que leva a crer que há muita coisa por definir nesta área. Mas ficou especialmente satisfeito em saber todos aqueles detalhes das lâmpadas que vão estar nos letreiros e que permitem às pessoas míopes ficar a saber o destino dos autocarros. Espera que O Ponto prossiga nesta senda de bom serviço público e gostava de sugerir uma nova iniciativa do género, uma nova entrevista com o senhor Presidente da Câmara para tentar perceber o que é que aconteceu no Palacete e o que é que vai acontecer daqui em diante. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e começou por referir-se à estrada Ouca - São Romão e perguntou o estado em que se encontra, porque numa das últimas Assembleia foi aqui apontada como um dos troços perigosos do Concelho. Em segundo lugar questionou o ponto de situação acerca da recolha de resíduos sólidos urbanos. Depois, pediu esclarecimentos sobre a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, ou seja, se há alguma situação que ainda se encontre por resolver. Por último, a propósito das questões relativas aos médicos, e a todos os constrangimentos na vida das pessoas, o senhor Deputado quis deixar uma palavra de apreço a todas as pessoas relacionadas com a saúde, que apesar de já não se estar em pandemia, e nessa altura todos aplaudiam e davam os cumprimentos. Hoje parece que todos se esquecem que eles estão a ser maltratados. Mas não é só os médicos, disse. Os professores são outra classe que não está a ser respeitada e, como pai e encarregado de educação, questiona se aquilo que tem vindo a público na comunicação social é verdade, nomeadamente sobre os concursos de professores, e se o Município tem alguma informação que possa divulgar, por forma a ajudar os pais naquilo que têm sido as propostas de luta dos professores. -----

----- **Hugo Santos** – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referindo-se à estrada que liga Ouca a São Romão informa de que esta via foi de facto alcatroada, mas apresenta ali algumas anomalias que convém serem vistas, o quanto antes, para evitar que haja um agravamento da situação. Depois, questionou sobre a previsão de pagamento da transferência de competências do 3º trimestre. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e fez referência a uma situação que decorreu no Agrupamento de Escolas de Vagos, dizendo que o que aconteceu foi uma situação difícil, ninguém o pode negar. Não há memória de alguma vez ter acontecido uma situação difícil de gerir como a que aconteceu. Alunos que não sabem se têm aulas em cima da

hora e que não puderam entrar no edifício do Agrupamento de Escolas em dia de condições meteorológicas muito adversas. O grupo municipal do PS está solidário com a indignação que a situação gerou. Do que se pode analisar as respostas à situação não eram fáceis, mas havendo vontade teria sido possível antecipar melhor e reagir melhor. O responsável do Agrupamento poderia antecipar muito melhor esta greve e respeitar melhor as famílias. A Câmara Municipal também poderia ter sido mais proativa. Disse que teve a oportunidade de apurar um pouco do que se passou por todo o país e essencialmente o que aconteceu foi que a informação chegou às famílias atempadamente. Houve muitas escolas que desmobilizaram os alunos no dia anterior, por entenderem que era a forma mais correta de poder antecipar este tipo de problemas, e que também houve pelo País alunos abrigados em pavilhões, acompanhados ou por professores que não fizeram greve ou por funcionários. Em outras escolas anteciparam a situação promovendo atividades extracurriculares. Posto isto, seria útil, por um lado, que o próximo Conselho Geral da Escola, onde estão pais e Autarquias, pudessem discutir como salvaguardar futuras situações análogas. O senhor Deputado questionou se a Câmara Municipal está disponível a fazer esse trabalho nesse fórum. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e começou por dar nota da inauguração de mais uma empresa na zona industrial e que contou com a presença da senhora Ministra da Coesão Territorial. Essa visita foi, de certa forma, benéfica para o Concelho de Vagos, pois a senhora Ministra trouxe algumas boas notícias. A questão deixada ao senhor Presidente da Câmara é se, entretanto, para além das notícias que a senhora Ministra anunciou nesse dia, se já houve desenvolvimentos e se já se sabe mais alguma coisa, nomeadamente no que diz respeito aos apoios que eventualmente possam vir a ser dados para a ligação da zona industrial de Vagos à A17 e também no que diz respeito à transferência de competências da EN109. No que diz respeito à transferência de competências questionou, nas áreas que a Câmara Municipal já aceitou, como é que estão as situações de financiamentos e das percentagens que foram acordadas com o Governo, ou seja, se está tudo a correr bem e se as verbas que o Município está a receber são suficientes. -----

----- **Filipe Jorge** – O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e referindo-se ao processo de recolha dos lixos disse que este não correu bem em termos de timings e de horários, mas principalmente em termos de contentores. Foram retirados muitos contentores danificados e não foram repostos e a pergunta que se faz é se vai haver reposição de alguns contentores que estavam danificados ou que desapareceram. A segunda questão prende-se com o estacionamento em frente ao edifício que alberga a Caixa de Crédito Agrícola em Calvão, que se encontra muito perigoso e coloca em risco a entrada dos carros na EN109, bem como a própria colocação dos Ecopontos, do outro lado da estrada, que também dificultam muito a visibilidade. Esta situação tem de ser alvo de uma intervenção com alguma urgência. Outra preocupação que deixou foi o facto de ter tido conhecimento por uma técnica do SAS, Serviço de Ação Social, que o contrato tinha terminado, ou ia terminar até ao final deste mês, e que ia deixar de haver apoio naquela área. Entretanto, soube que talvez seja possível uma continuação, com a renovação do contrato até

março. O senhor Deputado mostrou-se bastante preocupado com a situação, porque esse acompanhamento é extremamente importante, e tem sido extremamente importante, nos últimos meses. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões abordadas pelos senhores Deputados. -----

Em relação às questões levantadas pelo senhor Deputado José Martins, disse que está perfeitamente de acordo com o que foi dito em relação ao facto de as pessoas estarem à chuva enquanto esperavam pela vacina, ou nas Finanças. Nas Finanças, se não tiverem marcação, nem sequer são atendidos. Mas estas duas competências são da Administração Central e considera inqualificável e inaceitável o que está a acontecer, ou seja, a Administração Central está a passar todas as responsabilidades para as Autarquias. Na verdade, enquanto a Câmara Municipal participou no processo de vacinação as coisas correram melhor. Quando foram chamados a participar e a colaborar as coisas correram bem. Agora, a Câmara Municipal não manda nas Finanças. Nos serviços da Autarquia as pessoas chegam e são atendidas normalmente. Em relação às Finanças, discorda frontalmente que as pessoas só possam ser atendidas por marcação, e é um absurdo nesta altura que isso aconteça e, se isso acontece, tem de ser justificado. Há pouco tempo a Ministra Mariana Vieira da Silva veio dar uma instrução clara para acabar com isso e para as pessoas serem atendidas, mas nas Finanças em Vagos não está a acontecer isso. -----

Quanto à questão do antigo matadouro, disse que é verdade que ainda não foi feito nada. O que está a ser feito neste momento, e uma vez que aquela é uma das ruas de Vagos que não tem saneamento, é a elaborar o projeto de saneamento juntamente com a AdRA. Essa rua será alvo de saneamento e essa intervenção resolverá uma série de problemas que a rua tem, sendo que os principais problemas, e daquilo que foi levantado aqui, tem a ver com a utilização indevida da rua, que também terá de ser resolvida. -----

Quanto às obras na Rua da Fonte, elas têm decorrido, apesar da chuva. Não houve nenhum pedido de suspensão, mas, obviamente, não decorreram com a normalidade com que deveriam decorrer. O prazo de execução dessa obra é até ao final do mês de dezembro, mas, em princípio, e tendo em conta as circunstâncias, o empreiteiro pedirá uma prorrogação do prazo, que será a última. Em sede de reunião de Câmara já se tinha falado disso. -----

Em resposta ao senhor Deputado Alexandre Marques, relativamente à transferência de competências da EN109, disse que não é verdade que Estarreja tenha já concluído esse processo. Estarreja tem exatamente o mesmo problema de Vagos, ou seja, basicamente o Governo tem ignorado a transferência de competências. O que Estarreja fez é um acordo direto com o IP à margem da transferência de competências. Em relação à transferência de competências o Governo nada tem dito, tal como a senhora Ministra da Coesão Territorial o comprovou, quando esteve em Vagos e foi confrontada sobre esse assunto. O que existe a decorrer, paralelamente, é uma proposta do IP para a Câmara Municipal ficar com a gestão da EN109, e que foi recusado, à partida, tendo-se pedido uma série de esclarecimentos, que até hoje não foram enviados. -----

Em relação à colocação dos semáforos em Calvão, junto à padaria Broa do João, disse que enquanto não houver a transferência de competências, a entidade responsável é o IP. -----

Em relação à questão do estacionamento ter-se-á de ir verificar, porque ao que parece foi pintado por um particular e isso não pode acontecer. -----

Relativamente ao Palacete, a obra neste momento continua na parte nova. Estamos a aguardar pela proposta do projetista para a requalificação da parte antiga, tendo em conta que ruiu e aguarda-se, também, pelo relatório da peritagem sobre as razões da queda do Palacete. -----

Em relação às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar, disse que não é verdade que os Municípios estejam representados no Conselho de Administração da ULS, porque a única coisa que há, e tem em seu poder a carta que foi enviada pelo responsável do Órgão de Gestão do SNS, é a existência de um grupo de trabalho do qual nenhum autarca faz parte. Disse que considera inacreditável que isto aconteça, porque os autarcas deveriam ser envolvidos. -----

No que respeita à Capital da Cultura, disse que foi uma derrota da Região, e que a grande notícia disso é que há a possibilidade, porque foi feito muito trabalho em termos regionais, que já vem de trás, de trabalhar com alguns Municípios da região e algumas das coisas que estavam previstas serão intenção de se realizar. O facto das três regiões que saíram derrotadas possam ser a Capital Portuguesa da Cultura é uma boa iniciativa e Vagos participará nesse processo. -----

Quanto ao apoio ao comércio da Rua da Fonte, a Câmara Municipal ainda há pouco tempo lançou, novamente, a campanha dos vouchers, algo que o comércio local tem gostado, e tem tido resultados práticos e tem tido a concordância de todos os comerciantes. Disse que os transtornos são muitos, mas quando terminarem as obras na Rua da Fonte as pessoas ficaram com muito melhores condições. -----

Relativamente às questões levantadas pelo senhor Deputado Sidónio Sansana, disse que tudo aquilo que aqui falou faz parte do caderno de encargos, que é público. Disse também que pode responder às questões todas, mas não esperem que tenha na sua memória quais são os horários de todas as carreiras que passam no Concelho de Vagos, e a única coisa que o senhor Deputado se pode queixar, sem ironia, é de o Presidente da Câmara não ter enviado uma informação, que ficou de enviar, e ainda não o fez, por esquecimento, mas que irá enviar. Continuando, disse que o que mexe com o senhor Deputado foi ter dito aqui, na sessão antes da que se discutiu o assunto, que não iria haver propostas. Só que houve uma proposta, e com calma e serenidade chegar-se-á à implementação do trabalho que todos na Região de Aveiro fizeram. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins, em relação à estrada Ouca – São Romão, disse que ela foi pavimentada. Entretanto, por estes dias, foi-lhe reportado pelo senhor Deputado Tony Richard, uma deficiência na pavimentação e, entretanto, já se informou a fiscalização que irá ao local fazer esse levantamento e depois comunicar ao empreiteiro para vir corrigir o erro. Se não vier corrigir aciona-se a caução e faz-se a reparação. -----

No que respeita à recolha dos RU, a informação que há é que algumas coisas estão a ser repostas. É verdade que a reposição dos contentores já começou, mas ainda não atingiu todos os contentores que estão danificados, e irão ser todos substituídos. Em termos de recolhas as coisas

estão normalizadas, mas ainda assim a Câmara Municipal tem os pagamentos à empresa suspensos. Esta semana houve uma reunião entre a Senhora Vereadora e a empresa para avaliar o ponto de situação e logo que o serviço esteja a decorrer em condições normais retomar-se-ão os pagamentos. -----

Quanto à transferência de competências para as Juntas de Freguesia, disse que todas as Freguesias têm tudo regularizado, e os relatórios foram todos entregues. A única coisa que está em falta é a Câmara Municipal pagar um trimestre que está em atraso, que será pago logo nos primeiros dias de janeiro. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Nuno Moura, sobre a presença da senhora Ministra da Coesão Territorial, na inauguração de uma nova empresa na zona industrial, disse que correu muito bem. Foram assumidos uma série de compromissos, mas não houve ainda um *follow-up*. Assim que houver oportunidade agendar-se-á uma reunião. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Filipe Jorge, sobre a transferência de competências na área da ação social, disse que aquilo que é do conhecimento público é que o Município de Vagos disse, desde logo, que não iria ficar com esta competência naquelas condições. E a verdade é que de um momento para o outro houve um aumento de cinquenta por cento daquilo que eram os valores iniciais previstos. É inacreditável o que se está a passar, porque o Município não tem nenhuma competência na área da ação social. Quem a tem é o Ministério da Solidariedade Social, através da delegação distrital da Segurança Social de Aveiro, e essa competência está delegada na Santa Casa da Misericórdia. O que acontece é que a Santa Casa da Misericórdia, como o acordo era só até trinta e um de dezembro, já rescindiu contrato com as funcionárias. E agora o que está publicado, e não foi comunicado ainda, mas pelo menos é essa a informação que existe, é que haverá uma prorrogação do prazo da transferência da competência até dia um de abril, porque, obviamente, de um momento para o outro o Município não podia aceitar a competência, embora já estivesse preparado para a aceitar. Então e quem é que faz o acompanhamento dos processos em janeiro, fevereiro e março? A Câmara Municipal não tem a competência, porque ainda não a aceitou. A Santa Casa da Misericórdia, há poucos dias, contactou a senhora Vereadora a perguntar como é que iam ser estes três meses. Essa pergunta terá de ser feita à Segurança Social, que é quem tem a competência, embora a Câmara Municipal esteja preparada, quer do ponto de vista de recursos humanos, com os poucos que tem, ao nível de regulamentação. Mas se a Câmara Municipal não tivesse feito este “finca pé” ficava com menos noventa mil euros do que estava previsto, e não pode aceitar isto, porque os Municípios não são tarefeiros do Governo, muito menos caixote do lixo. Isto é como a questão das greves. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, o senhor Presidente respondeu que as greves quando eram contra os Governos do senhor Passos Coelho eram “*um espetáculo, em temos dos direitos, dos direitos dos professores*” e na altura esteve do lado dos professores, e agora continua do lado dos professores. Há reivindicações e há promessas que o Governo fez aos professores que não cumpriu, num total e absoluto desrespeito pela classe dos professores e eles têm todo o direito de se manifestarem. Não se pode querer só as greves quando dá jeito. As

peessoas têm direito à greve, qualquer que seja o Governo. O que o Partido Socialista queria era continuar com a “gerigonça”, porque nessa altura nem greves havia, porque o Governo controlava os sindicatos. Agora, há um sindicato novo, com erros de comunicação, erros muito grandes por parte dos professores, o que fez com que os professores ao nível geral, não só no Concelho de Vagos, conseguissem por a opinião pública contra eles, o que é absolutamente desastroso, por causa de um problema de comunicação. Em Vagos haverá reunião do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas extraordinária, que é o Órgão máximo de fiscalização da escola, no próximo dia vinte, para falar sobre este problema. Esta semana o senhor Vereador tem falado todos os dias, várias vezes ao dia, com o Presidente da Associação de Pais. Disse também que falou com o Presidente da Associação de Pais, que lhe dizia que esta semana já falou mais vezes com o senhor Vereador do que com a esposa. A Câmara Municipal ajuda em tudo, e já comunicou com o Agrupamento para que no próximo mês de janeiro, onde há um pré-aviso de greve durante todo o mês, as coisas corram melhor. Esta greve é diferente, e por isso causa o impacto que está a causar, mas a Câmara Municipal, no que diz respeito às IPSS's, Associações de Pais e Agrupamento de Escolas, está na linha da frente no apoio às famílias. Disse que entende a posição dos professores, e houve erros graves de comunicação que devem ser corrigidos numa próxima ocasião, e não se pode passar a ideia de que as greves só dão jeito quando é contra os Governos dos partidos contrários. Os professores merecem toda a solidariedade, mesmo reconhecendo-se os erros que cometeram, e que devem ser corrigidos, assim como também devem ser corrigidos alguns aspetos no acolhimento aos alunos. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que se falou aqui de estradas, e de obras em curso em estradas, e tem uma questão em relação a uma, mas nenhuma das que foram aqui referidas. A estrada que vai de Vigia à Lomba, um percurso que o senhor Deputado faz todos os dias, várias vezes ao dia, encontra-se muito degradada, com buracos enormes. O desvio do trânsito, por causa das obras na zona industrial, rebentou com a estrada toda, principalmente por causa dos veículos pesados. Neste sentido, pergunta se é possível fazer uma intervenção naquela via o mais rápido possível, porque coloca em risco a segurança daqueles que por ali passam. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins voltou a usar da palavra e referiu que procurou, com a sua intervenção, não trazer a debate a legitimidade, ou não, das manifestações. Pena é que por vezes, em outras manifestações parece haver quem se mexa mesmo, quando se é profundamente prejudicado, ou porque não tem transporte, ou porque os voos são cancelados. Parece que ninguém se incomoda, mas aqui, como se trata dos filhos, já mexe um pouco. Disse que a questão que o trouxe aqui não era esta, mas sim uma pergunta que ficou por responder pelo senhor Presidente, que é a de saber se há alguma informação que esteja na posse do Município sobre a possível contratação de professores via Câmaras Municipais ou Regiões Intermunicipais. -

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que no seguimento da sua intervenção inicial percebe que a Câmara Municipal tenha ficado nervosa com as questões que foram aqui colocadas. O grupo municipal do PS colocou aqui questões que

entendeu serem legítimas e fê-lo com toda a serenidade e com a elevação que esta Assembleia merece. A Câmara Municipal não devia responder a um assunto desta natureza com política partidária baixa, como fez. Vir aqui fazer uma intervenção e comparar as greves dos Governos do PSD com greves do Governo do PS interessa a alguém? O que se está aqui a fazer hoje é tentar perceber porque é que os organismos públicos locais não conseguiram dialogar e gerar uma solução para as situações de aglomerações, de falta de segurança e de falta de aviso aos pais em tempo útil. Nestas e noutras questões, por todo o país, os organismos públicos falaram entre si e o grupo municipal do PS fez aqui, legitimamente, essa pergunta, saber o que fizeram. Saber se foram eficazes desta vez, e se acham que têm de antecipar alguma questão para o futuro através de uma discussão através do Conselho Geral. Continuando, disse que é também um ensejo para se reativar o grupo da Educação, para se poder fazer aqui um balanço de qual é que é a situação no Agrupamento de Escolas, no Colégio de Calvão e na Escola Profissional, fazendo novamente uma ronda e ajudar o Município, porque falou-se muito aqui que houve diálogo todos os dias, mas não se percebeu muito bem o que é que resultou desse diálogo concretamente. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas. -----

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Alexandre Marques, sobre a estrada Vigia-Lomba, disse que houve muita chuva, que acabou por provocar muitos buracos nessa estrada e em outras estradas no Concelho, e que não se pôde trabalhar durante toda a semana. A equipa de trabalho da Câmara Municipal irá trabalhar durante o dia de amanhã e irá reparar uma série de buracos, não só nessa estrada. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins, disse que não tem conhecimento, nem ninguém lhe disse qualquer coisa, nem houve nenhuma conversa quanto a essa matéria. A transferência de competências na área da educação é uma coisa que está consolidada no Município de Vagos, há já dois anos e pouco. Esta transferência de competências é muito particular, ou seja, a Câmara Municipal só paga os vencimentos aos assistentes operacionais e aos assistentes técnicos do Agrupamento de Escolas. Do muro da escola para dentro manda o Diretor da Escola e o Ministério da Educação. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, começou por esclarecer que mal-educado nunca foi e o tom em que respondeu foi de indignação pelo desrespeito total pelos professores, e porque, apesar de ser Presidente de Câmara, tem direito à indignação, não o perdeu. No que diz respeito à educação todos têm de ter o direito à indignação, porque na verdade, o que o Ministro da Educação fez em relação aos professores foi dizer que enquanto estiverem em manifestação não vos atendo. Foi um desrespeito total. Esta greve é uma greve particular e que nunca aconteceu uma igual em Portugal. O senhor Deputado Bruno Julião, na sua intervenção, revelou uma opinião de ilegalidade, porque os professores não podem ficar a dar períodos letivos ou não letivos aos alunos dos professores que estão em greve. Isso é ilegal. A Câmara Municipal esteve em diálogo permanente com a Associação de Pais porque, por exemplo, ou fechavam ATL, ou abriam ATL. Nunca por parte do Ministério da Educação, ou dos organismos

competentes do Ministério da Educação, foi prestada a devida informação. A Câmara Municipal estará, garantidamente, em janeiro mais bem preparada do que estava agora. Nesta fase, e de acordo com o pré-aviso de greve, o Diretor do Agrupamento de Escolas já solicitou à Câmara Municipal informação sobre se era possível contratar umas tendas para colocar dentro da escola para as crianças aguardarem lá dentro quando não tivessem aula, ao que lhe foi dito que sim. Não é necessária a reunião do Conselho para se tomarem decisões, mas considera importante que se realize, porque é lá que se têm de colocar as dúvidas. Agora, há uma coisa que o senhor Presidente não deixa de manifestar aqui, o seu espanto, porque é que o Partido Socialista de Vagos é tão contra esta greve. Os direitos dos professores têm sido postos em causa, e eles hoje são vítimas de faltas de reconhecimento por parte do Ministério da Educação. A responsabilidade da gestão é do senhor Diretor do Agrupamento de Escolas. A Câmara Municipal acompanhou todo o processo e fez tudo aquilo que lhe foi pedido. Acompanhou as Associações de Pais e IPSS's, que são parceiros nas CAF's e nas AAAF's, e eram eles que solicitavam mais informação, porque nem eles sabiam bem ao que andavam, e por isso não pode deixar de dizer que está completamente solidário com os professores. No dia de ontem havia sido comunicado que havia uma delegação de professores a dirigir-se à Câmara Municipal para falar dos assuntos da greve, mas não apareceu ninguém. Disse que aguardou, porque até gostava de os ter recebido por causa dessa questão da municipalização, que surgiu como sendo um dos temas da greve e não percebe exatamente porque surgiu e nem tem ainda uma opinião formada sobre o assunto. Se isso surgisse não sabe ainda qual seria a posição do Município de Vagos, mas admite, por aquilo que se tem visto na descentralização de competências, que sendo o Município a gerir os processos estes são mais bem geridos. A Câmara Municipal não teria neste momento competência para a contratação de professores, mas, até à data, não foi sequer contactada sobre esse tema, que também não é nenhum "bicho de sete cabeças". Tem é de ser muito bem conversado com os professores. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia informou que sendo este o período onde são apresentados os Votos de Louvor e Saudações o senhor Deputado do Grupo municipal do CHEGA pediu para o fazer e foi-lhe concedida a palavra. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que continua a manifestar a sua disponibilidade para participar nas sessões solenes do 25 de Abril, como já participou, mas não estaria de bem com a sua consciência se, pelo menos um ano, não apresentasse esta Moção que chamou uma Moção de Saudação sobre o 25 de Novembro, que diz o seguinte. *“Em 25 de Novembro de 1975 foi decisivamente consolidado o rumo democrático do país, até então ameaçado por um processo revolucionário que até então colocou em causa as legítimas expectativas e anseios da população que estiveram na origem do 25 de Abril de 1974. Passados quarenta e sete anos a data de 25 de Novembro continua a ser secundarizada na história recente no país, facto esse que entendemos dever ser contrariado. Devemos celebrar a história não apenas quando a mesma é associada a determinada façção. O 25 de Novembro deve ser visto como a reposição definitiva dos valores originais de Abril. Nesse sentido a representação*

do partido CHEGA nesta Assembleia vem propor a presente Moção de Salvação da data de 25 de Novembro no espírito de respeito e dignidade que a data merece.” O senhor Deputado referiu que entende não ser pertinente submeter esta Moção a votação, mas para quem tem memória dos factos se alguém se quiser associar à mesma estão convidados. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que vai percebendo que o Município de Vagos continua a apostar nas pessoas, e ainda bem, porque esse é um grande desafio e cada vez mais se convence que apesar das questões económicas serem extremamente importantes, e basta olhar um pouco para aquilo que vai acontecendo, se não se apostar nas pessoas e se não se dignificar aquilo que é o presente, fazendo memória também do passado, não é possível. Saliu todo o trabalho feito com as atividades com os seniores. É bonito ver que os nossos idosos continuam a ter oportunidades. Entretanto, referiu que infelizmente Vagos continua a ter muitos alunos e famílias a precisar dos apoios sociais, e, pelas contas do senhor Deputado, foram apenas recusados trinta processos em setecentos que foram instruídos. É necessário pensar às vezes um pouco porque a vida destas pessoas é profundamente transtornada. O Município continua a ter ações de renome nacional e internacional e destacou o apoio no 5º RFM Vagos Open de dança desportiva, algo que muito dignifica este Concelho. Por último, e porque não vem essa informação neste documento, disse que decorreu nos dias dezanove e vinte de novembro, em Calvão, também com o apoio do Município e do Colégio de Calvão, mais um encontro de nível Nacional, incluindo Ilhas, que trouxeram Chefes de Escuteiros a virem discutir aquilo que é importante para a Associação e estiveram uma vez mais em Vagos. O senhor Deputado deixou um agradecimento ao Município por todo o apoio prestado. -

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que a informação do Presidente da Câmara acaba no dia vinte e nove de novembro. Hoje, 16 de dezembro, já lá vão três semanas e, por isso, dá a ideia de uma informação um pouco requentada, que estava lá e agora enviaram. Parece que não aconteceu nada nas últimas semanas. É muito estranho, neste documento, não haver uma única palavra sobre o Palacete Visconde de Valdemouro, assunto bastante discutido na última Assembleia Municipal e ficaram todos com a ideia que estava a ser analisado o que é que teria acontecido, as causas e as consequências, e o que é que iria acontecer de futuro. A verdade é que nem uma palavra sobre o assunto e, portanto,

supõe-se que esta obra não esteja nas preocupações do Presidente da Câmara. De qualquer modo, o senhor Deputado pergunta se já houve algumas conclusões sobre aquilo que aconteceu na derrocada do Palacete. Em relação à ação social, o senhor Deputado não está aqui em nome da Santa Casa da Misericórdia, mas é Presidente da Assembleia Geral da Instituição, e não tem a certeza da narrativa que o senhor Presidente da Câmara aqui utilizou. O Irmão Silvério Regalado faltou à última Assembleia Geral e o que o senhor Deputado aqui pode testemunhar é que o encerramento do SAAS foi bastante falado e ficou lavrado em ata, por diversos Irmãos, e que era uma preocupação enorme o facto da Misericórdia deixar de ter aquele acompanhamento a partir do dia trinta e um de dezembro, e a Câmara Municipal não aceitar essa responsabilidade. Independentemente da Misericórdia ou da Câmara Municipal, a grande preocupação das pessoas era aquela mais de uma centena de famílias que poderiam ficar sem apoio. A questão da educação, pelos vistos, é muito importante para o senhor Presidente da Câmara e dedica-lhe quatro linhas na informação. Entretanto, no anexo respetivo começa por dizer “o *Agrupamento de Escolas...*”, nem sequer se percebe bem se a informação é da Câmara Municipal ou do Agrupamento de Escolas, de quem é que é a responsabilidade, quem é que fica de um lado e quem é que fica do outro. Não se pode fingir que não aconteceu nada nas últimas semanas em Vagos. O problema não é da greve nacional dos professores, e sim o que aconteceu em Vagos. O que aconteceu em Vagos não aconteceu em Ílhavo, não aconteceu em Aveiro, nem em Estarreja, nem em Oliveira de Azeméis. O que é que aconteceu em Vagos? Perguntou. O senhor Deputado até percebe a indignação do senhor Presidente da Câmara, mas também é pai e também quer perguntar ao senhor Presidente, com essa tal grande relação com o Agrupamento de Escolas e com as outras entidades, o que é que fez a Câmara. Garantiu que os miúdos deixassem de estar à chuva? Garantiu que os miúdos tivessem de andar de um lado para o outro a perceber se havia aulas na próxima hora, ou não. Se havia almoço, ou se não tinham direito a almoço? O senhor Deputado percebe bem as razões de queixa dos professores. Agora, indignados estão os pais vaguenses por causa do acompanhamento que foi dado aos filhos e porque o que aconteceu em Vagos não aconteceu no resto do país. Portanto, ou foi um problema do Agrupamento ou foi um problema da Escola, e não um problema do enquadramento global nem da greve dos professores. O problema das escolas vai muito além das greves dos professores. Vai das péssimas condições de algumas escolas em Vagos e numa próxima reunião terá mesmo de se trazer a educação como ponto principal de discussão nesta Assembleia. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que já se está quase a um terço deste mandato e o balanço que faz é que, para além daqueles eventos em que haverá umas fitas para cortar, basicamente o que aconteceu foi que se comprou uma grande quantidade de brinquedos e ruiu o Palacete. De resto, se lerem a página que tem a informação sobre o planeamento e as obras públicas aquilo é sintomático. Está referenciado que foi suspensa uma obra e no capítulo do planeamento diz que não há nada a registar. Parece que o Município parou, porque, o facto é que há obras como, por exemplo, a Rua da Fonte que nunca mais acaba, como o Centro Náutico da Praia da Vagueira, que devia estar concluído e não está. Em relação ao

facto do senhor Deputado insistir no concurso dos transportes não é por aquilo que o senhor Presidente aponta, e sim porque há duas áreas em que considera que o Município tem de evoluir bastante, e que lhe são muito caras, para poder entrar no século XXI: os transportes públicos e o saneamento básico. Tem conhecimento que o saneamento básico está a ser feito por uma entidade externa à Câmara Municipal, e talvez por isto não irá haver tantos problemas. Gostaria de saber se irá ser cumprido o compromisso que o Presidente da Câmara assumiu aqui de que todo o Concelho de Vagos terá saneamento básico a 100% no fim do mandato. No campo financeiro regista que a dívida já está quase no valor mais alto dos últimos dois anos e que os juros não estão propriamente no patamar que estavam há um ano atrás. Isto é capaz de ser complicado daqui em diante. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que não deixa de ser curioso que muitas das vezes se venha aqui apregoar que se deve falar de forma séria e, depois, se utilize, e bem, porque se pode utilizar, este palco para fazer política e muitas vezes da forma mais séria. Quando se começam a ouvir todas estas intervenções, fica-se sem perceber se eventualmente os grupos municipais querem que se faça obra ou não. O senhor Deputado não conhece intervenções em estradas que não causem prejuízo e constrangimento às pessoas que vivem junto a essas estradas e, portanto, não está a ver de que forma é que o CHEGA ou o Partido Socialista iriam fazer uma obra desta envergadura sem causar transtornos à população. Se se faz a obra é porque se faz a obra, se não se faz a obra é porque não se faz a obra. No que respeita à informação que o Presidente da Câmara tem dado, o grupo municipal do PSD está satisfeito com a forma como é apresentada, que resulta de uma reunião entre os líderes dos grupos municipais e da proposta que fizeram à Câmara Municipal. Aquilo que o senhor Deputado queria pedir ao senhor Presidente da Câmara, até para os grupo municipais entenderem melhor o desenvolvimento das coisas, é se pode incluir na próxima informação à Assembleia Municipal o resultado daquilo que tem sido a colaboração entre o Governo Central e a Autarquia, nomeadamente naquilo a que se referiu sobre as transferências de competências. Este pedido prende-se com o facto de os grupos municipais poderem perceber se aquilo que foi comprometido pelo Governo Central está a ser respeitado. Mas não só na transferência de competências. Pode alargar-se a todas as áreas, nomeadamente a questão dos refugiados, para se perceber se o apoio que o Governo Central se comprometeu a dar às Autarquias, que albergassem alguns dos deslocados da Ucrânia, está a ser cumprido com o prometido. Esta informação é importante para depois se fazer um balanço daquilo que o Município tem feito e se aquilo que o Governo se tem comprometido tem sido cumprido. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**– O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas. -----

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins, disse que, de facto, no documento não está a informação sobre o Encontro Nacional de Chefes de Escuteiros, que correu muito bem. Estiveram presentes cerca de mil e trezentos chefes a nível nacional, que se reuniram no Colégio de Calvão. Foi um lapso. O senhor Presidente disse que esteve presente e, neste

momento, o Colégio de Calvão pelas condições que tem, e a Autarquia sempre se mostrou disponível, entrou na lista dos Encontros Nacionais de Chefes de Escuteiros, e já é o segundo em dois anos que se realiza ali. -----

Quanto à questão dos trinta processos de apoio às famílias recusados, e são trinta agora, mas já foram mais, para apoiar as famílias que precisam, a Autarquia também precisa de gerir melhor e não atribuir àqueles que não precisam. Quando é recusado um processo é sempre dada a oportunidade ao requerente de se justificar, porque o processo é recusado por alguma razão. É-lhe dada a fundamentação e a pessoa pode vir, de acordo com o Código de Procedimento Administrativo, justificar alguma situação para que o processo seja reanalisado. Já houve processos em que a Autarquia reverteu essa decisão. A Câmara Municipal procura sempre apoiar as famílias e fá-lo até em termos extraordinários. Por exemplo, todos os alunos que vêm de fora, e não são de nacionalidade portuguesa, supostamente, a Câmara Municipal não poderia apoiar, mas tem levado esse assunto a reunião de Câmara e esses apoios têm sido todos aprovados por unanimidade. Não era algo que fosse enquadrável, mas mesmo assim a Autarquia está a apoiar até com alguns suplementos de refeição, e apoios em passes. Ou seja, apoiar as pessoas com uma política virada para as pessoas. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, começou por dizer que a informação tem um carácter temporal, com referência a um determinado período. Nesse período, no que respeita às obras que foram adjudicadas e que foram suspensas, foi isto que aconteceu. E como referiu o senhor Deputado Nuno Moura, e bem, esta informação que o Presidente da Câmara presta à Assembleia Municipal foi decidida pelos senhores Deputados, que foram quem decidiram aquilo que queriam, e o Presidente da Câmara dá a informação de acordo com o modelo sugerido. Quanto à questão do SAAS, disse que o senhor Deputado Óscar Gaspar queria era que mais uma vez o Município aceitasse mais uma competência e que esta ficasse subfinanciada. Mas, a verdade é que os Autarcas, nomeadamente os sociais democratas, “bateram o pé” ao Governo forçando-o a ter que fazer a proposta de acordo com os Municípios. Se existe aqui uma diferença de três meses para a entrada em vigor da competência para os Municípios isso é uma responsabilidade única e exclusivamente do Governo. Enquanto o Município não aceitar a competência ela não é sua. O senhor Presidente aceita que a Santa Casa da Misericórdia, até porque teve que despedir duas ou três funcionárias, tenha ficado em dificuldades, mas não pode vir pedir satisfações à Câmara Municipal, porque a competência não é dela e sim do Governo. Estes três meses têm de ser negociados com o Diretor da Segurança Social e não com a Câmara Municipal, que só assumirá a competência no dia um de abril de dois mil e vinte e três, conforme está estipulado, e pelos valores que agora estão estipulados e que basicamente são mais 50% daquilo que estava previsto inicialmente. O Governo mais uma vez queria enganar as Autarquias, mas estas “não se deixaram ficar e bateram o pé”, porque já foram enganadas vezes suficientes e, por isso, há que exigir aquilo que é o envelope financeiro necessário para a transferência de competências. -----

Em relação à questão da educação o senhor Presidente referiu, mais uma vez, que do muro da escola para dentro manda o Diretor, a DGEST e o Ministério da Educação. A Câmara Municipal colabora, sempre que lhe é solicitado, e tudo o que é responsabilidade sua esteve sempre assegurada, como os almoços, e daí ter conversado muitas vezes com os prestadores de serviços, as IPSS's e as Associações de Pais, para agilizarem os serviços. Tudo o que era responsabilidade da Câmara Municipal foi assegurado a 100%. No que respeita à gestão do estabelecimento de ensino, dos muros para dentro, é responsabilidade do Diretor. Obviamente, o Diretor da escola articula com o Município, mas terá de ser sempre ele a dizer o que precisa. Neste momento, já houve conversas sobre o futuro pré-aviso de greve, prevista para o mês de janeiro, e, se for necessário alugar uma tenda, o Município disponibilizará. O que não poderá acontecer é a substituição de períodos letivos, porque isso é ilegal. É uma forma de ultrapassar a greve e é isso que a lei não permite. Relativamente à importância da educação, o Município de Vagos foi dos primeiros a ficar com a competência e muitos Presidentes de Câmara do Partido Socialista não quiseram ficar. Só, quando foram obrigados. Essa competência custa ao Município de Vagos, por ano, setecentos e cinquenta mil euros, e, em dois anos letivos, já pôs de receitas próprias um milhão e meio de euros na educação. -----

Em relação às péssimas condições das escolas, disse que o senhor Deputado Óscar Gaspar tem razão, sobretudo aquelas que o Ministério da Educação entregou à Câmara Municipal, que nunca viram nenhuma intervenção e os equipamentos das cantinas tiveram de ser todos substituídos porque nem manutenção tinham. Felizmente, hoje a Câmara Municipal está a investir, já investiu muito nas cantinas e nas escolas e vai continuar a fazê-lo. A Escola Básica Dr. João Rocha Pai está nas primeiras prioridades de investimento. Já se está a iniciar o procedimento para fazer a contratação de projetista para elaborar o projeto da obra, e, como segunda prioridade, a Escola Secundária de Vagos. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, em relação às fitas para cortar, disse que não entendeu muito bem esse comentário, porque tem feito muito poucas inaugurações. O que tem sido feito é muito trabalho, e os dados são inegáveis, por mais que custe, e foram criados mais de dois mil postos de trabalho nos últimos dez anos. Que há mais duzentas crianças nas escolas do Concelho, e Vagos foi dos Municípios a crescer nos últimos Censos, e continua a crescer. O senhor Presidente sabe que estes dados são desconfortáveis para os partidos que são contra o PSD, mas isso é reflexo da estratégia que o PSD teve e que felizmente está a ter bons resultados para o Concelho, inclusive aumentando as receitas para o Município, porque aumenta o IMI, a Derrama e o IMT. Estes são dados objetivos. -----

No que diz respeito à intervenção do senhor Deputado Nuno Moura, sobre os incumprimentos do Governo, disse: meio milhão de fundos de apoio municipal, que não é devolvido à Autarquia; transferência de competências na educação custou nos últimos dois anos um milhão e meio de euros; no apoio aos refugiados a candidatura foi aprovada, mas não há verba suficiente para pagar ao Município de Vagos, e a outros tantos Municípios por esse país; apoios à COVID19, o Município tem dinheiro a haver, mas até à data não recebeu nada. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que espera que o salário médio em Vagos também venha a subir e precisava de saber qualquer coisa sobre as obras de saneamento. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o salário médio já cresceu, até porque a lei da oferta e da procura diz que quanto maior for a procura maiores são os salários. O saneamento básico estará concluído em dois mil e vinte e cinco tal como comprometido. -----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VAGOS E SANTO ANTÓNIO DE VAGOS - LEI 39/2021, DE 24 DE JUNHO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António que, na sessão de 14/11/2022, aprovou a proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias de Vagos e Santo António, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, bem como a deliberação da Câmara Municipal que, na reunião extraordinária de 09/12/2022, dá parecer favorável à referida desagregação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que teve o cuidado de telefonar, previamente, aos senhores Presidentes de Junta das Uniãos de Freguesia que estão aqui em causa, ou seja, União de Freguesias de Vagos e Santo António, União de Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e da União de Freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina, a perguntar-lhes se queriam fazer alguma apresentação relativamente a este ponto. Os três Presidentes de Junta responderam que não e disseram que poderiam intervir durante a discussão, mas não quiseram fazer qualquer apresentação. O que é solicitado à Assembleia Municipal é que esta tome uma deliberação relativamente às propostas de desagregação de Freguesias destas Uniãos de Freguesias. Como todos sabem foi imposto em dois mil e treze a agregação de Freguesias e agora, com a aprovação da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, há a possibilidade das Freguesias apresentarem uma proposta de desagregação. Este é o ato formal, depois de todos os outros que já ocorreram, que foi a proposta por parte dos membros das respetivas Assembleias de Freguesia, que colheu os pareceres dos respetivos Executivos de Freguesia, tendo sido depois deliberados e aprovados e remetidos ao Presidente da Assembleia Municipal, que por sua vez pediu parecer ao Executivo Municipal. Concluídos todos estes atos formais, este é o último ato formal que é a deliberação da Assembleia Municipal antes das propostas serem remetidas para a Assembleia da República. Tendo em conta que os pontos dois, três e quatro são sobre a mesma temática, e depois de haver troca de comunicação entre os líderes dos grupos municipais, por forma a agilizar esta discussão, propõe-se que esta discussão seja feita em conjunto, para não se estar aqui a individualizar os três pontos. Obviamente, isto sem prejuízo do tempo de intervenção correspondente a cada grupo municipal, ou seja, o período de

tempo será em triplicado para não prejudicar ninguém. A votação, essa sim, será feita proposta a proposta. -----

-----**Albano Gonçalves** - O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e referiu que, como todos sabem, este assunto já veio a esta Assembleia por diversas vezes, já foi discutido muitas e muitas vezes e hoje, mais uma vez, volta a ser discutido. O processo de agregação de Freguesias foi um processo que foi imposto e nunca foi do agrado dos envolvidos. Na altura houve algum cuidado em tratar deste assunto. Foram submetidas algumas providências cautelares pelas mesmas Freguesias, que hoje estão aqui a pedir a desagregação. Portanto, tem sido um trabalho e uma luta, conjuntos. O que se pretende aqui é ajuda de todos para que as Freguesias voltem a ser independentes como eram antes. Os antepassados já todos trabalharam, uns de uma forma outros de outra, mas todos neste sentido, para desagregar as Freguesias ao qual também já pertenceram. O senhor Deputado pede que votem favoravelmente estas propostas de modo a reverter uma situação que nunca foi aceite pela população envolvida. -----

----- **Marisa Silva** - A senhora Deputada Marisa Silva usou da palavra e sobre este assunto referiu que *“nesta parte mais política de todo este processo de agregação de dois mil e treze, e agora de possível desagregação, de referir que saberão melhor do que eu aquilo que sempre aconteceu, e aquilo que sempre foi discutido nesta mesma Assembleia, e sempre, também, a posição de todos os partidos, que se não estou em erro, sempre foi a mesma de não avançar com esta agregação e ser contra esta agregação, primeiro com pareceres dos Presidentes de Junta, depois com várias discussões nesta Assembleia, com as providências cautelares que foram apresentadas, tal como Presidente Albano referiu acho que a posição desta Assembleia e da nossa população, de forma geral, sempre foi bastante clara e unanime e é isso que nós pretendemos manter com este pedido de desagregação agora e após a entrada em vigor da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho. A verdade, só posso falar por mim, mas creio que aquilo que vou dizer também é extensível aos meus colegas Presidentes de Junta, que estão na mesma situação teve-se como primeiro cuidado verificar se a nossa união de freguesias, em especial, e as restantes, em geral, cumpriam com todos os requisitos previstos naquela lei para que se pudesse avançar com o procedimento especial, simplificado e transitório para desagregação de freguesias contante do artigo 25.º da referida Lei. Após a constatação do cumprimento dos requisitos, e referindo-me apenas à nossa união de freguesias, a nossa Assembleia, apresentou a proposta que vos chegou aos mãos, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia de Freguesia. E isto aconteceu porque, desde a imposição da agregação, as nossas gentes, sempre se manifestaram contra a agregação de freguesias. Face a isso, não poderíamos agora, existindo a possibilidade de desagregar as uniões de freguesia, não o fazer. E não poderíamos deixar passar esta oportunidade por muitas razões, mas, e concretamente, no que toca à minha união de freguesias, essencialmente porque ambas as antigas freguesias sempre tiveram e continuam a ter raízes culturais e históricas diferentes e identidades bastante próprias, que ninguém nunca quis nem quer perder. Também não podemos deixar de fazer esta proposta também para honrar as pessoas que muito lutaram pela criação das nossas freguesias e recorde no nosso caso, Ponte de Vagos e Santa Catarina, tanto Ponte de*

Vagos e Santa Catarina já se tiveram de livrar de outras freguesias. Portanto, houve muito trabalho que foi sendo feito no tempo para a criação destas antigas freguesias, portanto também temos que honrar o trabalho e os nossos antecedentes, porque realmente seria de estarmos a desaproveitar uma oportunidade de honrar e de manter as nossas raízes culturais. No nosso caso, colocámos de parte cores partidárias, tendo-nos unido na realização da proposta, porque cremos ser esta a forma correta de fazer política, sobrepondo a vontade das nossas populações às vontades de cada partido. Porque, convenhamos, esta agregação de freguesias só não correu mal devido exclusivamente ao tremendo esforço feito por parte dos executivos destas uniões, que se multiplicaram e continuaram a gerir as duas juntas com metade dos recursos humanos. Tal como o meu colega Albano venho aqui pedir que tomem atenção a tudo isto e que tal como aconteceu na minha assembleia de freguesia que possamos colocar as nossa diferenças partidárias de lado e possamos efetivamente olhar pelas nossas gentes e por aquilo sempre foi querido pela nossa população que nunca foi a agregação.” -----

----- **Alexandre Marques** - O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que em relação a este tema, um tema querido para o CDS, a opinião do grupo municipal do CDS é a seguinte. *“As assembleias de freguesia estão legitimadas com eleições, que decorreram há pouco tempo, representam a vontade do povo, e a nossa posição é que a vontade do povo seja respeitada. Aqui um pouco o meu sentido bairrista, eu tenho duas terras no coração, que é Calvão e Fonte de Angeão, e, portanto, entendo bem a exortação que o Presidente Albano aqui fez. Mas temos de fazer aqui um reparo, porque de facto não houve unanimidade nas três Freguesias e houve um pedido de cautela no que diz respeito à Freguesia de Vagos e Santo António. Não resultou um estudo que de facto provasse a existência de prejuízos materiais e financeiros e que não foram referidos na documentação que foi previamente apresentada a deliberação. Pelo menos no caso de Vagos e Santo António isso pode ler-se na declaração de voto do grupo do CDS nessa Assembleia de Freguesia. E aquilo que se pede é isto, é cautela, porque de facto nós temos de provar que aquilo que está que está mal para se poder mudar. Mas, como disse, vamos respeitar a vontade do povo, até porque em duas Freguesias houve unanimidade e, portanto, isso é inegável e, portanto, há respeito e o respeito impera.”* -----

----- **Sidónio Sansana** - O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que o que vem dizer aqui, embora reconhecendo as especificidades ao nível de cada Freguesia, é que, por princípio, a desagregação traz desvantagens ao nível da escala que se perde e das sinergias, que se poderiam ter. Por outro lado, descortinou-se neste processo algum sentimento da população no sentido da desagregação, embora, em alguns casos, pareça motivado por questões que se possam designar como bairrismo, à mistura com algum descontentamento com a União das Freguesias. Assumindo, porém, que não se possa ter, por questões de bairrismo, uma Freguesia em cada rua, mas ao grupo municipal do CHEGA não lhe choca respeitar os sentimentos das populações, antes pelo contrário, e uma vez que não se identificou argumentos críticos, num ou noutro sentido, nestas três votações, e até tendo em conta a forma atabalhoada como foi conduzido o processo de desagregação irão perceber o sentido de voto do senhor Deputado mais

tarde. Há uma mensagem que gostaria de deixar às populações destas Freguesias. *“assumindo que a desagregação vai avançar estas populações já experimentaram a agregação e a desagregação. Se daqui em diante continuarem a ter queixas sobre a governação das vossas Freguesias talvez não valha a pena continuar a apontar o dedo às questões de agregação e da desagregação. Talvez nesse cenário as populações terão de começar a meditar que talvez a origem dos problemas tenha a ver com o facto de andarem há muitos anos a votar nos mesmos.”* –

----- **Bruno Julião** - O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e sobre este tema fez a intervenção que se passa a transcrever: *“Há um amplo consenso político quanto à necessidade de melhorar a gestão do território nacional, incluindo a necessidade de descentralização e reorganização das autarquias locais. A agregação de algumas freguesias foi inspirada no chamado Livro Verde do Governo PSD, de Passos Coelho e Miguel Relvas e da respetiva Lei que geraram, com o apoio parlamentar de Luís Montenegro. O referido Governo deveria ter negociado um consenso, mas não o quis fazer. Sofreu forte contestação. Nunca seria possível agradar a todos, mas sem dúvida que teria sido possível um maior consenso. Nove anos volvidos desde a agregação de algumas freguesias, já vivemos vários momentos eleitorais. Há autarquias no país que ficaram satisfeitas com as agregações, há umas que se habituaram bem e há outras que continuam insatisfeitas. O atual Governo reabriu a discussão para mitigar alguns problemas gerados no país. Na discussão da nova legislação participaram os partidos no parlamento, com exceção do PSD que não se pronunciou, na medida em que não apresentou nenhum projeto de lei. Qual é a lição apreendida dos erros do Governo PSD-CDS? A resposta deveria ser óbvia para todos: a organização administrativa do território não deve ser vista como uma questão partidária. Pelo contrário, o PSD Vagos entendeu que um assunto desta natureza não merecia um contacto prévio junto de outros partidos e trouxe aqui propostas escritas apenas pelos seus militantes e sem decorrer de nenhuma consulta ao povo. O PSD Vagos procura porventura obter pequenos ganhos junto de alguns dos seus militantes, propondo que haja mais presidentes e mais vogais de Juntas, o que é revelador de uma visão curta e oportunista que não deveria motivar a discussão de um tema desta natureza. Abordando as propostas em discussão: O que importa sempre nestes processos é avaliar o que ganha o cidadão e o Estado com eventuais alterações ao que está atualmente em vigor. Este trabalho está fraquinho no apoio à desagregação das freguesias. Reparemos no tipo de frases que ocupam todo o documento: “Hoje, nestes tempos de perplexidade e mudança incessante, tempos de ciência e conhecimento instável e disruptivo, de insustentável incerteza política, económica e financeira, nestes tempos de fatal agitação e inquietação social, estranha, que não nos ocupemos no Poder Local a achar soluções para o paradigma mais auspicioso da sua vida e história em democracia”. Será isto verdadeiramente útil para quem poderá receber e avaliar estes com a posição desta autarquia? Apresentam uma queixa sobre o funcionamento atual que alegadamente conduz “à asfixia financeira municipal e à desorganização dos seus serviços e a jusante à destruição da identidade.” das freguesias. Depois concretizam o que se quer dizer com isto? Não. Em nenhum lado. As resenhas históricas sobre a evolução do desenho administrativo do território concelhio parecem-me contraproducente. O seu*

conteúdo prova que a reorganização administrativa do território é feita de mudança permanente. Então procura-se provar que é necessário haver estabilidade e continuidade para voltar a 2011 e depois introduzem um texto que prova que estamos sempre a mudar ao longo dos séculos? Os relatórios financeiros associados fazem um esforço por demonstrar que há viabilidade financeira com a desunião das freguesias, mas evita demonstrar que a união atual é mais prejudicial do ponto de vista financeiro, para justificar a alternativa. Olhando para a proposta Ponte de Vagos e Santa Catarina: Diz-se de Santa Catarina um argumento que, a meu ver, é útil para justificar a sua agregação e não a sua desagregação a outra freguesia, dizendo que é “marcadamente rural, sem serviços públicos de proximidade, isolada”. Ora, isso é antes a prova de que não pode ser isolada. O documento está muito focado no facto de serem duas áreas que carecem de atenções diferentes ou que têm níveis de desenvolvimento diferentes. Isso não é, nunca foi, nem deve ser razão para as dividir. A gestão pública não deve isolar territórios menos desenvolvidos, pelo contrário. Sobre as disponibilidades financeiras, o documento apresenta um facto interessante: em 2012, as 2 freguesias juntas receberam 130 mil euros; em 2014 já receberam 180 mil. Mesmo sendo o brutal aumento em parte decorrente da transferência de competências, representa uma oportunidade para se provar que uma Junta usa melhor o dinheiro com uma gestão de maior proximidade. Mas mesmo com muito mais orçamento e proximidade admitem que os executivos do PSD geriram mal, pois, cito, “não se verificou a melhoria e desenvolvimento dos serviços prestados pelas freguesias às populações”. Aquilo que o PSD Vagos afinal defende através destes documentos, dando ideias ao Legislador, é o seguinte, volto a citar: “A opção mais acertada que deveria ter sido avaliada pelo Legislador, passaria por reponderar a agregação de... freguesias do sul do concelho... e que durante vários séculos chegaram a ser uma só (Covão do Lobo, Fonte de Angeão e Santa Catarina).” Parece mentira, mas é verdade que dão esta ideia. A dada altura, justificam-se as variações de orçamento anuais das Juntas com os atrasos constante da transferência para as Juntas por parte da Câmara; isso sim, é verdade e causa entropias ao planeamento e gestão das Juntas. A proposta Covão do Lobo e Fonte de Angeão: Copia o contexto e os argumentos usados nas outras propostas. Não apresenta uma lista de prejuízos concretos decorrentes da agregação. Mas há exceções. Diz o documento que a reforma resulta e cito “em claro prejuízo da vida privada dos três membros do executivo desta União”. Parece-me muito desadequado. Primeiro, ninguém obriga ninguém a ser autarca. Noto: não se diz que a dificuldade da sua missão pública aumentou (isso seria bem dito), antes que a sua vida privada saiu prejudicada. Com franqueza, um argumento desta natureza não deveria figurar neste documento. Uma coisa é certa: os candidatos do PSD candidatam-se, depois queixam-se que têm muito trabalho, depois voltam a candidatar-se. Mais uma vez, referem que as freguesias que querem dividir não têm afinidades culturais. Depois aqui tentam explicar que uma é da Bairrada e outra é da Gândara. Mas não são elementos comparáveis. A chamada Bairrada é uma área que congrega um território economicamente ligado à cultura vitivinícola e ao leite, enquanto a chamada Gândara é uma área com características naturais próprias que até são aliás comuns com parte da Bairrada. Quanto à proposta de divisão das Freguesias de Vagos e Santo António: Repetem-se integralmente inúmeros trechos das outras

propostas. Sobre o território e as suas valências distintas não há uma única reflexão. Não se explica qual é a identidade cultural distinta de cada uma. Diz que a Lei de 2011 provocou danos às populações abrangidas. Depois não concretiza quais. Dizem que causou “entropias”. Depois não diz quais. O PSD vem aqui queixar-se através deste documento que se deveria antes discutir e concretizar uma regionalização. De acordo. Mas o PSD de Luís Montenegro é contra o que acha o PSD Vagos. Entendam-se. Sobre todas as propostas: Seria melhor que apresentassem ao mesmo tempo uma visão estratégica de futuro que estivesse na base destas propostas de reorganização territorial, pois não obstante apresentar-se vontade de dividir, deve ter-se sempre presente que somos um único concelho que deve ter um conjunto de políticas integradas e solidárias para as várias freguesias. Cumpre-nos naturalmente dar nota das fragilidades e incongruências dos textos que o PSD preferiu que não fossem consensualizados. Naturalmente que todas as propostas têm méritos: De defender o poder local. De criticar a lei que gerou as agregações, na medida em que não antecipava assuntos como o modelo de gestão, as competências, os recursos humanos e o financiamento das novas autarquias. Procuram ponto a ponto assegurar que cumprem todos os critérios da nova Lei. Há apenas algumas matérias relacionadas com a existência de funcionários da Administração Pública em todas as freguesias propostas e sobre a viabilidade orçamental que apresentam acerca dos quais tenho pequenas dúvidas. Considerações finais: As propostas em apreço não decorrem da procura de entendimentos sobre um tema estrutural para o concelho. Pelo contrário, baseiam-se apenas nas opiniões dos militantes de um único partido e não consideram nenhuma opinião ou estudo independente, muito menos decorre de uma consulta ao povo, o que não é aceitável. O debate identificou várias lacunas e contradições nas propostas apresentadas, bem como a falta de concretização de vários argumentos. Estas propostas não demonstram como é que uma nova divisão das freguesias seria economicamente mais favorável aos seus orçamentos. No atual contexto autárquico, verificou-se um aumento do Fundo de Financiamento para as Freguesias, ao mesmo tempo que se verificou um processo de descentralização de várias áreas de atuação, o que vem gradualmente oferecendo condições ímpares às Juntas, permitindo-lhes gerir melhor mais dinheiros públicos, tendo em consideração que uma maior proximidade aos territórios e aos cidadãos facilita a gestão e a definição de prioridades. Esta é uma medida cuja evolução e execução deveremos acompanhar e aperfeiçoar. Ao mesmo tempo deveremos ter sempre presente a necessidade de coesão e solidariedade inter-concelhia, devendo ser planeadas e executadas medidas concretas que possam evitar o agravamento de diferentes níveis de desenvolvimento no território concelhio. Em resumo, considerando que as propostas: Não resultam de uma discussão em conjunto com os outros partidos, nem de uma consulta ao povo, o que não é aceitável num tema desta natureza; Não concretizam de forma explícita e sem ambiguidades o alegado rol de problemas na prestação de serviços públicos como resultado direto das uniões das freguesias; Não demonstram como é que voltar a dividir as freguesias resultará em condições financeiras (mais) benéficas; Não juntam uma visão de futuro agregada a eventual nova reorganização territorial que preserve a coesão concelhia e promova a solidariedade inter-freguesias, tendo em vista a evolução em áreas como a mobilidade intra concelhia, a boa

redistribuição de serviços públicos, entre outras. O Grupo Municipal do Partido Socialista abstém-se, mantendo aberta a disponibilidade para se procurar consensos entre todos os partidos e sobretudo junto dos cidadãos, quanto à reorganização administrativa do nosso território concelhio.”

----- **Nuno Moura** - O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu, depois de ouvir a intervenção do senhor Deputado Bruno Julião, que até pensa que não está a ouvir aquilo que ouviu. É que vindo do Partido Socialista, que foi o embrião desta questão, toda a panóplia de insinuações que aqui foram feitas, efetivamente entristece-o por se politizar um assunto que não devia ser politizado. Aqui, está em causa as pessoas e o interesse das pessoas, e aquilo que o PS aqui vem fazer é politizar e aproveitar estes assuntos para tentarem ganhar pontos. Mas, ao contrário disso, parece que vão perder é ainda mais pontos. Em primeiro lugar, porque não estiveram com atenção. Esteve aqui uma Presidente de Junta que disse que a proposta da sua Freguesia foi apresentada pelos dois partidos com assento na Assembleia de Freguesia respetiva. O mesmo terá acontecido em Fonte de Angeão e Covão do Lobo. Em ambas as Assembleias de Freguesia as propostas foram aprovadas por unanimidade. Mesmo assim, o Partido Socialista vem aqui dizer que as propostas apresentadas são propostas do PSD. Estas propostas são apresentadas pelos membros das respetivas Assembleias de Freguesia e as que aqui vêm foram aprovadas pelas respetivas Assembleias de Freguesia. Depois, até fazem aqui uma insinuação, ou seja, de que a proposta de Vagos terá sido copiada das outras. Continuando, disse que até se atreve a dizer que se calhar o PS até esteve na elaboração dessas propostas porque sabem que a de Vagos foi a última a ser elaborada. É que aqui ninguém tem conhecimento dessa informação e acredita que aquilo que as propostas trazem são as realidades de cada uma das Freguesias. Sobre este tema fez a intervenção que se passa a transcrever: *“Relativamente a este tema, que já foi objeto de discussão nesta Assembleia, julgo importante fazer uma breve nota introdutória no sentido de dar relevo à importância das autarquias locais e ao papel de proximidade que elas representam para toda a sua comunidade, bem como na salvaguarda da sua identidade em função da caracterização territorial. Assim, por definição, as autarquias locais são entidades públicas que desenvolvem a sua ação sobre uma parte definida do território, tendo por objetivo comum a concretização de interesses próprios das populações aí residentes. Quer as Câmaras Municipais, quer as Juntas de Freguesias, representam e chegam mesmo a substituir as funções do estado junto das populações. São estas entidades que tratam dos problemas relativos à proteção de pessoas e bens, da habitação, da rede viária, do parque escolar, de questões sociais, da gestão dos resíduos, do investimento, das zonas balneares, dos cemitérios, entre muitos outros. É a estas entidades que os cidadãos recorrem para manifestar os seus anseios, as suas preocupações e as suas necessidades, esperando sempre uma resposta assertiva perante as suas expectativas. É a estas entidades que cabe o papel fundamental de enfrentar as intempéries e os fenómenos naturais, como foi o caso dos incêndios e de tempestades, e reagir de uma forma pronta e eficaz. E é aos autarcas, aqueles que representam essas entidades, que cabe a responsabilidade de corresponder com todo o seu trabalho, dedicação e empenho, à satisfação do desejo das suas populações, criando as melhores condições de bem-estar. Como é do conhecimento geral, desde 2015 que o*

PS assumiu o compromisso de “corrigir os erros de extinção das freguesias, concretizada durante a governação PSD/CDSPP, decorrente da aplicação da lei n.º 22/2012, que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, e da lei n.º 11-A/2013, e de avaliar a reorganização territorial. A reforma aprovada em 2013 levou à redução das 4.259 freguesias, então existentes, para 3.092. Nesse sentido, O Governo chegou mesmo a apresentar e a aprovar em Conselho de Ministros, uma proposta de lei, a submeter à Assembleia da República, com alterações ao regime de reforma das freguesias. No entanto, temos também que avaliar das razões que levaram o Governo, em 2012, a tomar a decisão de proceder à agregação de freguesias, num processo considerado por muitos de precipitado e elaborado a “régua e esquadro”. Pois bem, creio que também não existem dúvidas quanto aos factos que originaram esta decisão e que teve, essencialmente, a ver com as exigências da Troika, por força da iminente bancarrota que nos foi legada pelo governo de José Sócrates e do OS. Face a esse descalabro financeiro, diga-se em abono da verdade a que o PS nos habituou, havia que negociar permanentemente com a dita Troika as medidas a implementar para que o resgate financeiro tivesse sucesso. Aliás, parece-me até que a exigência da Troika quanto à reorganização administrativa do território era mais audaciosa, e o que efetivamente pretendiam era a agregação de municípios, facto que teria causado muito mais prejuízo. Se assim foi, será até de valorizar a forma célere como o ministro de então se apressou a trabalhar, com todos os erros e omissões inerentes, no sentido da agregação de freguesias. O que é facto, e teremos sempre que o lembrar, é que quando se chamou a Troika já não havia quase dinheiro para se pagar aos servidores do estado, aos professores, aos médicos e enfermeiros, aos juizes, às forças de segurança, só para dar alguns exemplos do estado do país que o PSD recebeu do PS. Posto isto, importa agora tentar perceber o que é que o Governo, sem qualquer tipo de pressão, passados todos estes anos, propõe para a reorganização territorial e administrativa das freguesias. A proposta de lei do Governo, aprovada em Conselho de Ministros, em 22 de dezembro de 2020, para a criação de novas freguesias estipula, em termos sintéticos, que quanto à população e território, os requisitos são a existência de mais de 900 eleitores por freguesia e que as propostas de criação de freguesias têm de ser aprovadas, “por maioria qualificada”, pelas assembleias de freguesia e pelas assembleias municipais envolvidas no processo. Merecendo aprovação pelas assembleias de freguesia e parecer positivo por parte da CM, factos que já ocorreram, será agora a vez da Assembleia Municipal se pronunciar, seguindo a proposta de criação de para a Assembleia da República, “a fim de aí ser apreciada”, nos termos da Constituição da República Portuguesa. Assim, a agregação de freguesias decorrente da aplicação da lei n.º 22/2012, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica, e da lei n.º 11-A/2013, de reorganização administrativa do território das freguesias pode ser “corrigida, por manifestação de vontade dos órgãos da freguesia e a não oposição da assembleia municipal”. Foi, portanto, muito importante a ponderação cuidada relativamente à aprovação desta reforma administrativa por parte das Freguesias envolvidas, com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações. É sobre este princípio e ponderação que assenta a posição do PSD de Vagos, em claro respeito pelas decisões que forem

tomadas pelos órgãos eleitos e pelos cidadãos de cada freguesia. Aliás, com esta posição, O PSD está a reiterar e em coincidência com o que já disse aquando da agregação das freguesias, tendo mesmo manifestado a sua discordância face ao projeto de lei então apresentado, facto que deixou bem claro na sessão da Assembleia Municipal de 23 de Novembro de 2012, no sentido de respeitar a vontade dos antepassados que lutaram para criar as três freguesias em causa, chegando mesmo a aprovar uma proposta onde genericamente se pretendeu apresentar, nos termos do n.º 3, do artigo 15.º, da Lei 22/2012 de 30 de Maio, proposta alternativa de reorganização administrativa e territorial autárquica, devendo o Município de Vagos ser constituído por onze freguesias, com a seguinte denominação: Freguesia de Calvão, Freguesia de Covão do Lobo, Freguesia da Gafanha da Boa Hora, Freguesia da Fonte de Angeão, Freguesia de Ponte de Vagos, Freguesia de Ouca, Freguesia de Santa Catarina, Freguesia de Santo André de Vagos, Freguesia de Santo António de Vagos, Freguesia de Soza, e Freguesia de Vagos – nos termos do parecer da Câmara Municipal, de 3 julho de 2012, tendo essa proposta sido aprovada e aclamada por unanimidade por esta Assembleia. A concluir, atrevo-me a dizer que passados 10 anos, cuja erosão temporal nos trás também experiência e conhecimento, foi efetuada por parte dos respetivos órgãos uma avaliação cuidada dos prós e contras de todo este processo de reorganização. E é com base nesse pressuposto importante, que o Grupo Municipal do PSD vem desta forma reafirmar que respeitará sempre a vontade dos órgãos eleitos e da população de cada uma das freguesias, face às deliberações que tomou sobre esta matéria, e que estará incondicionalmente a seu lado na defesa e garantia dos seus direitos. Alguém disse e eu concordo. A inércia é a propriedade da matéria que faz com que ela resista a qualquer mudança no seu movimento. Aplicado às realidades sociais, este princípio da Física implica que toda a mudança (reforma) tem como consequência um certo grau de resistência social. Ora, esta resistência só pode ser combatida pela informação, pelo esclarecimento, pelo debate de ideias e pela participação dos cidadãos, assim como dos grupos e organizações implicados. A participação gera integração, diminui o grau de resistência e também a probabilidade de ocorrência de erros por desconhecimento da realidade. Daí eu ter afirmado no início desta minha intervenção que foi muito oportuno, ao contrário do que defendeu o Grupo Municipal do PS, que o assunto já tinha sido objeto de discussão neste fórum, através do Debate da Atualidade solicitado pelo GM do PSD, e que se realizou na AM de 26 de fevereiro de 2021, exatamente para que se desse início a esse período de discussão, reflexão e ponderação relativamente a todo este processo de reorganização territorial. Neste contexto, o Grupo Municipal do PSD acredita que todos juntos podemos fazer bem e melhor.” -----

----- **Fernando Julião** – O senhor Deputado Fernando Julião usou da palavra para deixar o seu ponto de vista sobre este assunto, dizendo que como todos sabem, é de Santo António e na altura da agregação a população de Santo António era toda contra. Neste momento, havendo uma lei que permita a desagregação, o senhor Deputado está disponível para a desagregação, caso venha a ser aprovada. Na verdade, em dois mil e dezasseis realizou-se uma Assembleia de Freguesia em Vagos e Santo António onde foi aprovado que caso houvesse uma desagregação das Freguesias

oportuna esta seria aprovada. Na altura, a Assembleia de Freguesia aprovou, por unanimidade, a vontade de haver uma desagregação das Freguesias e voltar a ter a Freguesia de Vagos e a Freguesia de Santo António. O que o senhor Deputado Fernando Julião pede a todos os partidos com assento nesta Assembleia é que pensem bem no sentido de voto nestes pontos da desagregação, porque poderá vir a influenciar o sentido de votação das populações destas Freguesias em próximas eleições. Não será fácil a população apoiar e votar num candidato que votou contra a desagregação. Os membros desta Assembleia Municipal são livres de escolherem o seu sentido de voto, obviamente, mas gostaria de poder contar com todos nesta aprovação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**– O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a sua intervenção vai no sentido de transmitir o parecer favorável da Câmara Municipal. A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o processo de desagregação das Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo e Ponte de Vagos e Santa Catarina. O processo de Vagos e Santo António foi aprovado por maioria. Em relação ao posicionamento da Câmara Municipal, e apesar de reconhecer que o trabalho que foi feito nestes últimos nove anos, enquanto o período da agregação coincidiu com a gestão deste Executivo Municipal, correu muito bem, de forma serena e tranquila. Obviamente, disse, há sempre questões que ficam prejudicadas por estes processos de agregações. Há uma questão que para o senhor Presidente é muito cara, e sabe que muitas vezes o Partido Socialista tem dificuldade em lidar com os compromissos com as pessoas, e o PSD desde cedo manteve a mesma posição, independentemente desta posição ter sido tomada num Governo do PSD. É que o PSD de Vagos, desde o início, se manifestou contra a agregação de Freguesias. As razões apresentadas na altura não foram atendidas e agora houve o processo de desagregação. Aquilo que o senhor Presidente sempre afirmou, enquanto candidato à Câmara Municipal e enquanto político local, foi que no dia em que fosse possível fazer a desagregação de Freguesias apoiaria esse processo e assumiu esse compromisso com a população. Obviamente, estar-se-ia a contrariar a si próprio se nesta altura não cumprisse com o compromisso que assumiu com a população. Esta é uma das razões que levou a Câmara Municipal a aprovar a desagregação de Freguesias, para além de todos os argumentos que as Juntas de Freguesia utilizam. Nesta Assembleia Municipal houve uma discussão em dois mil e vinte e um, sobre este assunto. O senhor Presidente bem sabe que o Partido Socialista não acreditava no processo de desagregação de Freguesias, porque nos dois períodos eleitorais, antes de dois mil e vinte e um e antes de dois mil e dezassete, “fingiu” que ia discutir o assunto e andou a enganar os Presidentes de Junta e depois quando chegou a hora nada aconteceu. O senhor Deputado Bruno Julião afirmou aqui que o PSD é contra a regionalização, mas isso não corresponde à verdade. O que o PSD disse é que não discutia a regionalização enquanto o processo de descentralização de competências não fosse devidamente feito. Como já foi possível assistir, o processo de descentralização de competências tem custado muito dinheiro aos cofres da Autarquia de Vagos. Por isso, é importante que o Governo cumpra com as Autarquias no que respeita à descentralização e, depois sim, fala-se de regionalização. Mas, neste processo, é importante que haja memória e lembrar o Governo Socialista, liderado pelo Eng^o José Sócrates, que deixou consequências para o país que todos

conhecem bem. Uma das consequências foi que em dois mil e onze houve necessidade de pedir ajuda externa para o país. Nessa ajuda externa foi assinado um memorando de entendimento com a TROIKA, a Comissão Europeia e o FMI, e nesse acordo, que está escrito em inglês, assinado pelo Engº José Sócrates, diz que tem que haver uma redução de autarquias. Entretanto, houve eleições eo povo decidiu dar a vitória ao PSD, que formou Governo em coligação com o CDS, e tinha de cumprir aquilo que o PS tinha assinado no memorando de entendimento. Esta agregação ou era feita a nível das Freguesias ou a nível dos Concelhos, o PSD decidiu-se pela agregação de Freguesias. O PSD de Vagos discordou sempre deste processo de agregação, mas levou avante este processo, forçado, de agregação das Freguesias e juntou-se às vontades de quem quis agregar-se ao processo. Entretanto, surgiu a oportunidade da desagregação e este assunto foi discutido em dois mil e vinte e um, aqui, e discutido agora nas Assembleias de Freguesias, tendo vindo estas a solicitar agora à Câmara Municipal o parecer sobre a desagregação de Freguesias, com as razões todas que apresentaram, sobretudo esta, que é dos compromissos com as pessoas. Obviamente que a Câmara Municipal teria de aceitar. Vagos cumpriu com a sua tarefa, em termos de Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia. A Assembleia Municipal cumprirá a sua, e, depois, ficará a aguardar pela decisão da Assembleia da República. --

----- **Juan Martins** – O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que nem era para intervir, mas depois de ter ouvido o senhor Deputado Bruno Julião achou por bem fazê-lo, porque o que aqui referiu é uma quantidade de mentiras e omissões por parte do Partido Socialista, daquilo que se passou desde dois mil e onze até agora. O Partido Socialista tem sete anos de Governo e durante este tempo o Primeiro-Ministro andou a enganar as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, adiando e inventando histórias para a desagregação. O senhor Deputado disse ter à vontade para dizer isto, porque anda aqui desde dois mil e onze. Foi ele que apresentou o texto do PSD contra a agregação de Freguesias e, portanto, está perfeitamente à vontade para falar sobre isto. Na intervenção do PS mais um engano, não se sabe se propositadamente ou não, de que as propostas apresentadas não são das Juntas de Freguesia, e são do PSD. Entretanto, lembrou aqui que o Partido Socialista não quis fazer parte da discussão sobre este assunto quando o PSD, em fevereiro de dois mil e vinte e um, trouxe a proposta para discussão. Nessa altura não houve nenhuma intervenção do PS, como neste momento continua a não haver nenhuma. Apenas uma intervenção a criticar aquilo que foi feito pelas Juntas de Freguesia. O PS não tem sido ouvido nas Freguesias porque não tem Autarcas, porque não apresentou listas nas Juntas de Freguesia. Contudo, se em dois mil e vinte e um os dois membros do PS tivessem entrado na discussão deste assunto poderiam estar agora mais interessados. Para o PS existe um país depois de dois mil e doze, e não existe um país antes de dois mil e doze. Mas nesse Governo, de José Sócrates, o atual Primeiro-Ministro, António Costa, também lá estava. Aquilo que o PS trouxe aqui, nesta discussão e neste apelo dos Presidentes de Junta, foi uma leitura do trabalho que foi feito pelas Juntas de Freguesia, e não do PSD, para criticar expressões e palavras que correspondem à lei que foi aprovada, e está em vigor, para a desagregação das Freguesias. -----

----- **Bruno Julião** – O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que o PSD fica muito chateado quando há aqui alguém que lê as propostas que estão a ser discutidas. O PS fez esse trabalho, leu com atenção. Acabou-se de ouvir uma intervenção que não disse absolutamente nada sobre o conteúdo das propostas aqui a discussão. Esta Assembleia deve ser gerida com base nas propostas apresentadas e que estão a ser discutidas. E foi isso que o senhor Deputado Bruno Julião fez. Disse que analisou cada uma das propostas e os seus conteúdos. A posição do Partido Socialista não vai ser contra estas propostas, mas mantém-se naturalmente aberto, e ao dispor de todos, para que seja possível gerar um documento consensual que seja feito conjuntamente por todos e que represente verdadeiramente a opinião do povo vaguense. Entretanto, ter-se-á de aguardar para ver como é que a legislação, sobre esta matéria, avança na Assembleia da República e pode ser que haja tempo para fazer esse trabalho. -----

----- **Hugo Jorge** – O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que com a sua intervenção irá divagar um pouco e poderá dizer algumas coisas que poderão não ser do agrado de muitos. O senhor Deputado considera que estas questões são muito mais emotivas do que racionais. É sempre da emoção que se trata. Portugal é muito desorganizado desde há muito tempo, mas sempre que se mexe nestas coisas agrada-se mais a uns do que a outros. Se todos pensassem na gestão do território de uma forma mais racional, e menos emocional, porque não acabar com as Juntas de Freguesia? As Câmaras Municipais podiam fazer esses serviços, tinham os funcionários a atender duas ou três vezes por semana em cada uma das Freguesias em determinados sítios e as pessoas deslocavam-se lá e as decisões eram tomadas pelas Câmaras e Assembleias Municipais. Racionalmente poder-se-ia discutir isso. Emocionalmente alguém queria? Há pouco o senhor Deputado Nuno Moura disse que chegou a estar em cima da mesa a possibilidade de se juntarem Municípios, em vez de Freguesias, e porque não? Com certeza, poupar-se-ia mais dinheiro juntar Municípios do que juntar Freguesias. É de emoção que se trata aqui, e se perguntarem à maior parte dos habitantes de Santa Catarina, Ponte de Vagos, Covão do Lobo, Fonte de Angeão, Vagos e Santo António, chega-se à conclusão de que este processo de agregação foi uma questão meramente administrativa, porque as pessoas continuaram a recorrer à Junta de Freguesia, àqueles que lá estavam, independentemente de ser uma União de Juntas de Freguesia, mas continuaram a dizer que viviam onde sempre viveram. Como se trata de uma questão emotiva o senhor Deputado é de opinião que se deve dar a palavra aos Autarcas das Freguesias, democraticamente eleitos, e aos habitantes dessas Freguesias, e respeitar as suas escolhas. Para o senhor Deputado Hugo Jorge seria completamente indiferente continuarem unidos ou separados, mas irá respeitar essa escolha. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que pretende apenas fazer memória de dois tempos que passou com este processo. O primeiro ainda como membro da Assembleia de Freguesia de Calvão, quando se começou a discutir a questão da agregação. O segundo já neste fórum em fevereiro de dois mil e vinte e um quando veio aqui apresentar algumas ideias para aquilo que hoje se está aqui a discutir e que terá de ter parecer favorável, porque em primeiro lugar estão as pessoas. Tem de se respeitar a democracia e no

respeito pela democracia as maiorias devem ser tidas em conta. Nesta questão a vontade das pessoas falou mais alto, de algo que já havia começado mal e que não deveria ter acontecido. A única palavra que o senhor Deputado tem presente, neste momento, disse, é de parabéns, com muita sinceridade, a todos os homens e mulheres que nestas Juntas de Freguesia foram extremamente corajosos. Foram de um cuidado extraordinário. Não deixaram ninguém para trás, independentemente das suas cores partidárias. Há pouco desvalorizou-se aquilo que foi o acréscimo de trabalho e isso não pode acontecer. Estes homens e estas mulheres trabalharam o dobro, e o triplo, a ganhar o mesmo, porque afinal de contas tudo isto surgiu por questões económicas. Afinal as pessoas são ou não importantes? Sim, as pessoas são importantes e, por isso, um muito obrigado aos Presidentes das Juntas de Freguesia em questão, e que fizeram um trabalho fantástico. -----

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que se tem falado muito dos erros do PSD e do CDS, quando foram Governo durante quatro anos, mas não terá sido um erro e sim a melhor forma que se encontrou para resolver a situação. O senhor Deputado disse que concorda com o que aqui foi dito, pelos senhores Deputados Nuno Moura e Hugo Jorge. Entretanto, recordou que o CDS foi, até aos últimos dias na Assembleia da República, contra a agregação de Freguesias, porque isto implica que se criem mais instituições e mais eleitos nas respetivas Freguesias, o que significa um desvio no investimento público para aquilo que é a prestação dos serviços públicos que as Juntas de Freguesia prestam. Como se disse há pouco, houve eleições recentemente e os eleitos estão mais que legitimados para tomar este tipo de posições. As pessoas votaram e esta questão fazia parte dos compromissos eleitorais. As pessoas decidiram e agora é hora de respeitar. -----

----- **Albano Gonçalves** – O senhor Deputado Albano Gonçalves voltou a usar da palavra para agradecer cada uma das intervenções, cada qual à sua maneira. Todos estiveram bem e, por isso, agradecia que votassem neste trabalho que foi feito. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra e referiu que já quase tudo foi dito. A intervenção do Deputado Hugo Jorge foi importante para se perceber que para além dos requisitos que legalmente são impostos para esta desagregação é também muito importante a questão emocional, se calhar até a mais importante. O que está aqui em causa é essencialmente a vontade das pessoas. E aproveitando o que disse o senhor Deputado Bruno Julião de que terá dado entrada uma proposta de lei na Assembleia da República, no caso de vir a ser discutida, poderá alargar este prazo para a entrega das desagregações das Freguesias e facilitar as próprias desagregações. Tem uma série de propostas que visam facilitar as desagregações sem estes requisitos todos que aqui se está a discutir. Quando se veio aqui discutir este tema parece ser descabido, ao contrário daquilo que pensa o Partido Socialista, estar a escamotear cada uma das propostas, porque subentende-se que cada um dos membros desta Assembleia Municipal fez o seu trabalho de casa e leu as respetivas propostas. Assim sendo, esse é um redobrar do trabalho para além de que aquilo que se deveria vir dizer é qual é a posição de cada um. O PSD já assumiu a sua posição, o CDS acabou agora de assumir a sua posição, e já se

tinha percebido qual era. A única que não se percebeu ainda é a do Partido Socialista, nomeadamente a do senhor Deputado Bruno Julião que veio aqui falar muito, mas não disse às pessoas que estão a ouvir lá em casa, e que se calhar até têm interesse em saber, qual é a posição do PS, se é a favor ou contra a desagregação das Freguesias. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS, cinco (5) abstenções do grupo municipal do CDS e uma (1) abstenção do grupo municipal do CHEGA, aprovar a referida proposta de desagregação e consequente criação da Freguesia de Vagos e da Freguesia de Santo António, e vai-se assim remeter essa proposta à Assembleia da República, para efeitos do disposto no artigo 13º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho.

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTE DE VAGOS E SANTA CATARINA - LEI 39/2021, DE 24 DE JUNHO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Assembleia de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina que, na sessão de 17/11/2022, aprovou a proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias de Ponte de Vagos e Santa Catarina, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, bem como a deliberação da Câmara Municipal que, na reunião extraordinária de 09/12/2022, dá parecer favorável à referida desagregação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

-----**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS, cinco (5) abstenções do grupo municipal do CDS e uma (1) abstenção do grupo municipal do CHEGA, aprovar a referida proposta de desagregação e consequente criação da Freguesia de Ponte de Vagos e da Freguesia de Santa Catarina, e vai-se assim remeter essa proposta à Assembleia da República, para efeitos do disposto no artigo 13º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho. -----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS QUE INTEGRAM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FONTE DE ANGEÃO E COVÃO DO LOBO - LEI 39/2021, DE 24 DE JUNHO;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Assembleia de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo que, na sessão de 24/11/2022, aprovou a proposta de desagregação das freguesias que integram a União de Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho, bem como a deliberação da Câmara Municipal que, na reunião extraordinária de

09/12/2022, dá parecer favorável à referida desagregação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS, quatro (4) abstenções do grupo municipal do CDS e uma (1) abstenção do grupo municipal do CHEGA, aprovar a referida proposta de desagregação e consequente criação da Freguesia de Fonte de Angeão e da Freguesia de Covão do Lobo, e vai-se assim remeter essa proposta à Assembleia da República, para efeitos do disposto no artigo 13º, da Lei nº 39/2021, de 24 de junho. -----

----- Os senhores Deputados Óscar Lopes Francisco e Hermes Fernandes ausentaram-se durante a discussão dos pontos dois, três e quatro, não tendo participado nas respetivas votações. -----

----- O grupo municipal do PS apresentou declaração de voto, quanto às três propostas discutidas e votadas, relativas à reorganização administrativa do nosso território concelhio, que se transcreve:

“Foram discutidas na sessão de hoje da Assembleia Municipal de Vagos as Propostas de Desagregação das Freguesias que integram a União das Freguesias de Vagos e Santos António, das Freguesias que integram a União das Freguesias de Ponte de Vagos e de Santa Catarina e das Freguesias que integram a União das Freguesias de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. As propostas em apreço não decorrem da procura de entendimentos sobre um tema estrutural para o concelho. Pelo contrário, baseiam-se apenas nas opiniões dos militantes de um único partido e não consideram nenhuma opinião ou estudo independente, muito menos decorre de uma consulta ao povo, o que não é aceitável. O debate identificou várias lacunas e contradições nas propostas apresentadas, bem como a falta de concretização de vários argumentos. Estas propostas não demonstram como é que uma nova divisão das freguesias seria economicamente mais favorável aos seus orçamentos. No atual contexto autárquico, verificou-se um aumento do Fundo de Financiamento para as Freguesias, ao mesmo tempo que se verificou um processo de descentralização de várias áreas de atuação, o que vem gradualmente oferecendo condições ímpares às Juntas, permitindo-lhes gerir melhor mais dinheiros públicos, tendo em consideração que uma maior proximidade aos territórios e aos cidadãos facilita a gestão e a definição de prioridades. Esta é uma medida cuja evolução e execução deveremos acompanhar e aperfeiçoar. Ao mesmo tempo deveremos ter sempre presente a necessidade de coesão e solidariedade inter-concelhia, devendo ser planeadas e executadas medidas concretas que possam evitar o agravamento de diferentes níveis de desenvolvimento no território concelhio. Em resumo, considerando que as propostas: Não resultam de uma discussão em conjunto com os outros partidos, nem de uma consulta ao povo, o que não é aceitável num tema desta natureza; Não concretizam de forma explícita e sem ambiguidades o alegado rol de problemas na prestação de serviços públicos como resultado direto das uniões das freguesias; Não demonstram como é que voltar a dividir as freguesias resultará em condições financeiras (mais) benéficas; Não juntam uma visão de futuro agregada a eventual nova reorganização territorial que preserve a coesão concelhia e promova a solidariedade inter-freguesias, tendo em vista a evolução em áreas como a

mobilidade intra concelhia, a boa redistribuição de serviços públicos, entre outras; O Grupo Municipal do Partido Socialista abstém-se, mantendo aberta a disponibilidade para se procurar consensos entre todos os partidos e sobretudo junto dos cidadãos, quanto à reorganização administrativa do nosso território concelhio.” -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – ANO 2022;** -----

----- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 10/11/2022, que deliberou propor à Assembleia Municipal fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2022 e cujo pagamento decorre em 2023, bem como aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 20 €; Agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 40 €; Agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 70 €. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, deste ponto e do seguinte, em conjunto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar em 0,3% a taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, com incidência no ano de 2022e cujo pagamento decorre em 2023, bem como aprovar as seguintes deduções fixas: Agregado familiar com 1 dependente a cargo – 20 €; agregado familiar com 2 dependentes a cargo – 40 €; agregado familiar com 3 ou mais dependentes a cargo – 70 €. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTOS MUNICIPAIS – DERRAMA – ANO 2022;** -----

-----Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 10/11/2022, que deliberou propor à Assembleia Municipal a aprovação do lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2022, com as seguintes taxas: a) Taxa normal de 1,50%; b) Taxa reduzida de 0,00%. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS aprovar o lançamento de uma derrama, com incidência no ano de 2022, com as seguintes taxas: a) Taxa normal de 1,50%; b) Taxa reduzida de 0,00%. -----

----- Os senhores Deputados Óscar Lopes Francisco e Hermes Fernandes estavam ausentes durante a discussão dos pontos cinco e seis, não tendo participado nas respetivas votações. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos. -----

-----PONTO SETE: IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES – IRS – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL – RENDIMENTOS DO ANO 2023; -----

---- Sobre o assunto se refere a proposta da Câmara Municipal, de 10/11/2022, que deliberou propor à Assembleia Municipal que fixe a participação do Município de Vagos em 2,50% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Vagos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por perguntar qual o valor desta redução que está prevista. Entretanto, solicitou um esclarecimento sobre a interpretação do nº3 artigo 26º, da Lei de Finanças. O que está na informação da Câmara Municipal é que a ausência de deliberação leva a que o Município tenha direito a uma participação de 5% do IRS. A leitura da Lei, feita pelo senhor Deputado, e não só, diz exatamente o contrário. --

----- **Alexandre Marques** – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal, e ao seu Executivo, a implementação de uma medida já há muito reclamada pelo CDS. Quando o Partido Socialista embarcou nesta aventura dos impostos mesurados tinha dado jeito, mas agora faz ainda mais sentido e, por isso, o grupo municipal do CDS só tem a congratular e a apoiar esta medida porque tem uma linha de coerência que pretendem manter. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra para saudar a medida, assim como já o teria feito no ano passado se ela tivesse sido implementada. A verdade é que o grupo municipal do CHEGA sempre entendeu que, fruto duma política iníqua de rendimentos e fiscalidade, esta é uma forma de devolver um pouco de justiça social, porque se não um dia destes há uma classe média qualificada, empenhada e trabalhadora a ganhar ao nível de trabalhadores desqualificados, que recebem o salário mínimo. O argumento para fazer isto, ou alguns, que se ouviu, é que este ano há verba no IMT e na Derrama, mas o senhor Deputado lembrou, a propósito do esclarecimento que pediu o ano passado sobre este assunto, na altura, a posição do senhor Presidente da Câmara era a seguinte: “*este imposto é para os que têm mais rendimentos e, por isso, é que não faz a devolução.*” O senhor Deputado continua atónito com a mudança de posição. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, esclareceu que o IRS é um imposto progressivo e, por isso, paga mais IRS quem tem mais rendimentos. Continuando, disse que o surpreende que haja alguém nesta sala que não entenda isso. Isto é uma coisa simples. Se a Câmara Municipal isentar de IRS as famílias que têm mais rendimentos não está a fazer nada pelas famílias que têm poucos rendimentos, porque essas já não pagam IRS. Logo, não beneficiam

com esta medida. Esta medida beneficia sobretudo a classe média. O Executivo Municipal entende que esta é a classe mais afetada, graças à Governação do Partido Socialista, que a sobrecarrega de impostos e taxas, e a única maneira que tinha de ajudar estas famílias seria a devolução do IRS, para além do IMI que já está na taxa mais reduzida. Por exemplo, se a Câmara Municipal aumentasse o IMI de 0,3% para 0,4% iria obter de receita cerca de um milhão de euros. Para fazer obras a Câmara precisa de dinheiro e os membros desta Assembleia não podem querer obras e que se entreguem os impostos aos munícipes, isto não é possível. Tem de haver receitas, porque por cima disto existe uma Administração Central que passa a responsabilidade para os Municípios de todas as despesas, e mais algumas, e depois não cumpre na entrega do envelope financeiro correspondente. Quanto ao custo desta medida, o impacto desta medida para dois mil e vinte e quatro, o senhor Presidente disse que não sabe, nem ele nem ninguém. Pode estimar o impacto da medida, tendo em conta, por exemplo, os valores que estão no Orçamento para dois mil e vinte e três, que são cerca de oitocentos e pouco mil euros. Portanto, o impacto estimado desta medida são quatrocentos e cinquenta mil euros. A receita de Derrama prevista para este ano é de cerca de um milhão de euros, assim como o IMT. Esse reforço da receita está a ser devolvido agora no IRS, que é o contrário do que o Governo tem vindo a fazer, ou seja, com o acréscimo de receita que tem, por força da inflação, nomeadamente no IVA, e que não devolve às pessoas. Esta medida, a devolução do IRS, só terá impacto em dois mil e vinte e quatro. Mas é melhor isto, do que nada, e só será mantida enquanto as condições se mantiverem. Assim que as condições se alterarem, não é os 5% que a Câmara possa abdicar que fazem a diferença no IRS das famílias. Então e os outros 95% que são receita do Governo? O que se tem de defender é uma redução de impostos. Isso sim, para que as famílias e as empresas passem a pagar menos impostos. -----

Em resposta à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, quanto à questão da leitura da Lei, disse que é irrelevante. Disse que poderá verificar essa informação, mas que não o irá fazer agora. -----

Óscar Gaspar – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que, obviamente, não é nada irrelevante aquilo que está aqui em causa. A questão é que, se não houver uma deliberação, a Câmara Municipal tem direito aos 5%, porque, assim sendo, não recebeu os 5% este ano. Por omissão, o Município de Vagos ficou penalizado nestes 5% do IRS. A Câmara Municipal de Vagos finalmente parece ter ouvido os apelos de muita gente, nomeadamente os do Partido Socialista, para que devolva aos cidadãos vaguenses uma parte do IRS. Esta é uma medida que já existe em dezenas de municípios e o senhor Presidente da Câmara sempre reiterou que esse imposto é para quem tem mais rendimentos e, por isso, não faz a devolução, porque se o fizesse não poderia fazer obras e a Autarquia não teria rendimentos para fazer tudo aquilo que tem de ser feito. Mas o que é que fez com que o senhor Presidente tivesse mudado de ideias e tudo o que era mentira, até ao ano passado, agora fosse verdade? Até o ano passado o Partido Socialista foi completamente enxovalhado, acusado de querer defender a classe média e aqueles que pagam IRS. Este ano a Câmara Municipal decidiu reduzir, referindo que é transitório, não é para sempre, o que é absolutamente inaceitável. O grupo municipal do PS reitera que esta é uma boa medida e apoiam, mas quando os vaguenses receberem mais cem euros de

IRS por causa da decisão que se irá aqui tomar hoje convém recordar que o senhor Silvério Regalado deve-lhes quinhentos euros, porque não fez a devolução nos anos anteriores. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que o senhor Deputado Óscar Gaspar continua a estar distraído. A posição do PSD mantém-se, e as regras do imposto também são as mesmas, e continua a dizer a mesma coisa. O senhor Deputado Nuno Moura disse sentir-se um pouco constrangido por vir aqui explicar algo que é a área de formação do senhor Deputado Óscar Gaspar, que domina melhor esta parte económica. Tal como o senhor Presidente da Câmara, de forma ligeira já o disse, as famílias que recebem mais dinheiro pagam mais imposto. Também é verdade que as famílias mais carenciadas, como não pagam este imposto, não vão beneficiar desta medida. As famílias que vão receber, com esta medida, cem euros, já são famílias com um rendimento razoável. O país está a atravessar um período difícil, em que o gasóleo está ao preço que se sabe, porque independentemente dos preços baixarem o Governo decide aumentar o imposto e, portanto, aos contribuintes o gasóleo sai mais caro. A Câmara Municipal está preocupada com as dificuldades que se está a atravessar. Estamos numa época excecional que impõe a adoção de dados excecionais. Com isto, o PSD não tem nenhum problema em assumir aquilo que tem vindo a defender relativamente a este imposto, ou seja, não mudou de opinião, continua preocupado com as pessoas, como tem feito ao longo destes anos e que está a fazer agora. Quando as condições se alterarem, este imposto voltará à regra normal, por aquilo que o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer. É muito fácil vir aqui dizer que o Município não faz obra, ou quando faz vêm reclamar que estão a ser feitas, mas a verdade é que é preciso dinheiro para tudo isso e todos têm o dever de contribuir para isso. No caso deste imposto, ao não o diminuir não se está a onerar as famílias com mais dificuldades. Neste caso em concreto o que se pretende é tentar ajudar todas as famílias, porque serão beneficiados todos aqueles que pagam o imposto, nomeadamente aqueles que mais pagam. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que mantém tudo aquilo que disse na Assembleia Municipal passada, assim como a sua posição relativamente à proposta deste ano. Tal como disse há aqui dois fatores que levaram à tomada desta decisão, nomeadamente o aumento da receita de Derrama e de IMT e as dificuldades que as famílias estão a atravessar, para já não falar dos valores que o Governo deve à Autarquia, Por cada quinhentos euros, que o senhor Deputado Óscar Gaspar diz que os vaguenses vão deixar de receber, e que devem ir reclamar à Câmara Municipal, o senhor Presidente diz que devem também ir reclamar ao Partido Socialista nove mil e quinhentos euros. ---

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que o PSD disse que tomou esta decisão por dois lados. Uma delas diz que é porque os portugueses hoje estão piores do que estavam há um ano e outra deve-se ao facto de a Câmara Municipal este ano ter mais receita de IMT e Derrama. No entanto, o senhor Deputado lembra que no Orçamento, que se irá discutir a seguir, consta um empréstimo significativo e que demonstra que não haja esta folga na conta da Câmara Municipal que existia no ano passado. Em relação aos apoios aos

cidadãos, e a quem mais precisa, este ano é bastante significativo nesse aspeto, com as medidas implementadas pelo Governo, e os portugueses sabem bem disso. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que os portugueses também sabem bem que a receita extraordinária foi de mais de cinco mil milhões e as medidas anunciadas pelo Governo ficam muito aquém desse valor e a maior parte delas são mentira. Essa é que é a verdade, porque o Governo anuncia medidas que depois não concretiza, como por exemplo o valor que prometeu à Câmara para apoio à COVID19, que foi quase zero. O Governo promete a mesma coisa a três pessoas e depois dá só a uma. -----

----- O senhor Deputado Hermes Fernandes regressou à sessão durante a discussão do ponto. ----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, fixar a participação do Município de Vagos em 2,50% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Vagos. -----

----- Os senhores Deputados Arlindo das Neves, Filipe Jorge e Hugo Jorge ausentaram-se durante a discussão do ponto. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO OITO: TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – TMDP - ANO 2023;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião de 10/11/2022, que deliberou propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2023. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com duas (2) abstenções do grupo municipal do PS, aprovar a aplicação do percentual de 0,25% relativo à TMDP a vigorar no ano 2023. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto nove da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO NOVE: VAGOS SOCIAL – REGULAMENTO – 2022 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS SOCIAIS DE VAGOS;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 10/11/2022, que, para efeitos do disposto na alínea g), do nº1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, propor à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento Municipal de

Apoios Sociais de Vagos, que vem acompanhado da Nota Justificativa, em cumprimento do disposto no artigo 99º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que depois de ter lido o documento não pode deixar de se sentir tranquilo. Está vertido neste documento aquilo que é essencial para que os vaguenses se sintam, também eles, seguros. Se andarem atentos à comunicação social as notícias não são nada tranquilas, e não está a dizer com isto que a culpa é só nos governantes e sim que as condições são, efetivamente, diferentes e podem tornar-se desastrosas para as pessoas. O apoio social às famílias é fundamental, e porque continua a acreditar piamente que em primeiro lugar estão sempre as pessoas, está aqui mais um exemplo. Naturalmente que isto comporta o seu lado menos positivo para o Município, em termos financeiros, mas as pessoas têm de continuar na linha da frente. Por outro lado, também fica satisfeito, e feliz, porque se tem algo que mostra transparência. Normalmente, recorrem a estes serviços aqueles que realmente precisam deles. Nesse sentido, o senhor Deputado só tem de se congratular com isso e dizer que genericamente o documento mostra as pessoas na primeira linha e isso é que é importante. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que a informação que tem, em relação à ação social, é que é necessário que a Câmara Municipal declare que não aceita a transferência de competências até trinta e um de março para que a Segurança Social possa diligenciar no sentido daquelas pessoas continuarem a ser acompanhadas, nomeadamente pela Misericórdia. Relativamente ao documento, o preâmbulo refere que é importante uma articulação prévia com as instituições públicas desta área e com as entidades do Concelho que prestam ação social. Para grande espanto, do grupo municipal do PS, aquilo que se sabe, pelas informações recolhidas, é que não houve nenhum tipo de articulação da Câmara Municipal com essas instituições para saber se este regulamento faz sentido, e se faz sentido nestes termos. Já era um pouco estranho este documento ter vindo à Assembleia Municipal sem ter sido discutido, porque não é em quatro minutos que o Partido Socialista vai aqui dizer linha a linha aquilo que entende sobre a matéria. Uma coisa é pronunciar-se em termos de especialidade, outra coisa é olhar para os mecanismos que estão aqui presentes. O senhor Deputado louva a intervenção do seu colega Sérgio Martins, por aquilo que disse, mas com toda a franqueza só deve ter lido o preâmbulo deste documento, porque não é possível ter lido tudo e considerar que se tem um regulamento ágil e adequado a pessoas, algumas delas, com muito pouca literacia. Desde a forma conceptual, o que é que é uma família monoparental e o que é um familiar em linha reta colateral. Para o senhor Deputado este regulamento não é aplicável assim. Esta iniciativa é louvável, muito virtuosa, mas não é oportuna, porque há aqui muitas matérias que devem ser discutidas. Por exemplo, o senhor Presidente da Câmara realçou a importância da habitação, artigo 18º, que no seu nº4 remete para 100%, não se percebe de quê, mas tem no número anterior

uma referência a que o apoio à habitação pode ir até sete mil e seiscentos euros, por ano, por família. Tem de se pensar aqui até que ponto é adequado e se há famílias com uma renda de sete mil e seiscentos euros. Numa outra matéria, é referido no documento que este regulamento dá também para as pessoas que têm salários penhorados. O senhor Deputado percebe que se a pessoa tem salários penhorados possa não ter rendimento disponível para depois fazer face às despesas básicas, mas isto é uma questão de condição, de critério, não é uma questão da Câmara ou alguma entidade ter de compensar a pessoa que tem o salário penhorado. Neste sentido, coloca-se a questão de uma pessoa que tem um empréstimo, tem uma dívida, não tem apoio, mas com o salário penhorado já tem. Há aqui uma série de matérias que têm de ser muito bem articuladas. No documento fala-se da teleassistência sem se perceber se é a Câmara Municipal que vai providenciar on-line a tempo inteiro, sendo certo que se obriga a que a pessoa tenha telefone fixo, quando todos sabem que há muito mais pessoas com telefone móvel. Este tipo de coisas que estão aqui, mais uma série de burocracia acrescida, leva o Partido Socialista a pensar e a sugerir que será melhor rever os termos do regulamento e aprová-lo mais tarde, nomeadamente porque está em causa a transferência de competências da ação social para a Câmara Municipal e pode ser que haja novidades a serem incluídas neste documento. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que em relação a este ponto, e ao regulamento que foi apresentado pela Câmara Municipal, depois de uma leitura fica-se com a ideia de que, e depois do que o colega Sérgio Martins aqui veio transmitir, este é um regulamento amplo e que abrange várias áreas. Ao contrário do que diz o Partido Socialista, o grupo municipal do PSD entende que quanto mais rápido o regulamento for aprovado melhor seria, porque iria beneficiar as famílias que eventualmente têm estas necessidades, que ali estão previstas, para pagamento. Contudo, atendendo às questões que aqui foram levantadas, o grupo municipal do PSD não vê inconveniente em que este documento possa ser melhorado. Há aqui várias possibilidades, ou seja, de se aprovar e de o documento vir a ser melhorado mais tarde ou de, eventualmente, o regulamento ser trabalhado por um grupo na especialidade e depois voltar a uma próxima Assembleia Municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder ao senhor Deputado Óscar Gaspar, dizendo que ele deve ter acesso a informação que a Câmara Municipal não tem. A Segurança Social tem uma determinada competência que quer delegar no Município. O Município diz que não aceita se não forem alteradas as condições. Entretanto, estava previsto que no dia um de janeiro o Município ficasse, obrigatoriamente, com essa competência. O Governo diz que vai alterar esse diploma para que seja feita a passagem do dia um de janeiro para o dia três de abril. O que o senhor Deputado aqui veio dizer é que agora a Câmara Municipal tem de dizer à Segurança Social que não quer ficar com a competência até dia três de abril. Isso não faz qualquer sentido. É um absurdo o que o senhor Deputado disse. O Governo cometeu um erro brutal na descentralização de competências, sobretudo na ação social, porque deixou terminar os contratos com as instituições que tinham, e agora vai estar três meses em que não tem uma resposta para dar às pessoas. Mas é o Governo

que tem que a dar, e não a Câmara Municipal. O senhor Deputado não deve mentir às pessoas. Já chega de mentiras do Partido Socialista. O senhor Presidente disse que não vê inconveniente nenhum em retirar este ponto da ordem de trabalhos, e de se discutir o regulamento mais tarde. No entanto, lembrou que isto já foi feito uma vez, com um outro regulamento, e os contributos do Partido Socialista foram zero, ou quase nenhuns. A deliberação da Câmara Municipal, sobre este assunto, é de quatro de novembro de dois mil e vinte e um. Entretanto, deu-se conhecimento público da proposta, que era de vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e um. Foi comunicado no jornal O Ponto e foi para as Juntas de Freguesia. Colocou-se em discussão pública. Qual foi o contributo do Partido Socialista? Nenhum. Já era esta a proposta, não era outra. O Partido Socialista esteve um ano para dar contributos sobre esta proposta, e não deu. A Câmara Municipal está disponível para dar mais três meses ao Partido Socialista e depois ver-se-ão as alterações que trará a este regulamento. Não é aprovado hoje. Não irá, com certeza, haver qualquer problema, porque a Câmara Municipal apoiará de forma extraordinária, como tem feito até então, os apoios que as famílias vierem a precisar, nestes dois meses, porque esta é uma competência da Câmara Municipal e que não pode ser delegada no Presidente da Câmara Municipal. -----

----- O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

----- **Sérgio Martins** – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que naturalmente não iria contrariar as propostas aqui sugeridas. Apenas quis recordar que este documento tem um ano que começou a ser trabalhado, e é de lamentar que os documentos muitas das vezes não sejam lidos até ao fim. -----

----- O senhor Deputado Óscar Lopes Francisco regressou à sessão durante a discussão do ponto.-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dez da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DEZ: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO – ANO 2023;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 18/11/2022, em que solicita autorização da Assembleia Municipal para a contração de um empréstimo de curto prazo, no ano de 2023, até ao montante de € 600.000,00 (seiscentos mil euros), conforme Minuta de Contrato de Crédito que foi presente na reunião. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que esta medida no ano passado, com taxas de juro praticamente zero, podia-se aceitar o argumento que foi invocado, de que era uma forma de obter um plafond de tesouraria a um custo quase nulo. Este ano não é assim, as taxas de juro estão diferentes, e para quem não anda tão atento a estas coisas o BCE acabou de aumentar as taxas diretoras em cinquenta pontos base e sinalizou que vai continuar a aumentar para tentar contrariar a inflação indo atrás da inflação. É capaz de ser um disparate, mas eles vão tentar fazê-lo. A partir de agora este empréstimo começa a ter custos e

aquele argumento do plafond talvez deixe de fazer sentido. Parece mais que há uma necessidade absoluta de dinheiro. Este empréstimo passa a custar dinheiro. Talvez seja de pensar que daqui em diante, para não custar tanto dinheiro ao Município, que não se use a verba toda ou até pensar em não usar, porque é capaz de chegar a valores extremos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal**- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o que o senhor Deputado disse faz todo o sentido. Foi exatamente isso que disse, ou seja, para já, aprova-se. A Câmara Municipal não é obrigada a utilizá-lo todo. Este é um apoio à tesouraria pedido num ano e pago num ano. Se até aqui justificava, a partir daqui pode não justificar. A Câmara Municipal já tinha iniciado o procedimento antes destas subidas brutais das taxas de juro. A proposta é que se continue e, depois, em termos de gestão, analisa-se a ver se faz sentido usar, ou não, e para o ano, se as coisas continuarem assim, quase de certeza que não se avança com uma proposta neste sentido. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

----- **Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com três (3) abstenções, dos grupos municipais do PS e do CHEGA, e seis (6) votos contra, do grupo municipal do CDS, dar a necessária autorização à Câmara Municipal para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, no ano de 2023, até ao montante de € 600.000,00 (seiscentos mil euros), nos termos que foram propostos. -----

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto onze da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO ONZE: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2023.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por deliberação de 18/11/2022, propõe à Assembleia Municipal a aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2023, que inclui o Mapa de Pessoal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- **Óscar Gaspar** – O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que há dias foram contactados para uma reunião a realizar na Câmara Municipal, sobre este ponto da ordem de trabalhos, e a primeira coisa que lhe perguntaram foi se gostava da cor do documento. O senhor Deputado respondeu que sim, porque este orçamento está verde, ou seja, está incompleto. Parece que foi feito um pouco de forma atabalhoada. Na tela de projeção diz que se está a discutir o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais 2023, mas o documento que foi entregue aos membros da Assembleia Municipal não diz isso, diz grandes Opções do Plano. Supõe-se que seja a mesma coisa, “*depois lá dentro aquilo mistura-se e sai*”

aquilo que refere no ponto onze.” A verdade é que este orçamento está impróprio para aprovação, tal como todos os outros orçamentos anteriores do senhor Silvério Regalado. Continuando a sua intervenção, o senhor Deputado disse que repete hoje aqui que “*não percam muito tempo com os orçamentos, não vale a pena, isto não vale a pena, isto não vale nada.*” Ao contrário daquilo que acontece a nível nacional, em que o orçamento é sempre um momento muito importante em termos políticos, que se discutem, de facto, as grandes opções que há, havendo ali um combate muito sério entre as diversas forças partidárias, aqui em Vagos nada disso acontece. Este é um rol de coisas que todos sabem que não é para levar a sério. O senhor Presidente já hoje utilizou várias vezes a expressão de que o Governo anuncia três para dar uma. O senhor Deputado não sabe a que é que se referia, mas supõe que ele perceberá bem essa metáfora. Como é sabido isto é um conjunto de promessas que é feito, nomeadamente aos senhores Presidentes de Junta, e que não irão sair do papel. Não saíram este ano, não saíram no ano passado, não saíram há dois anos e há três e não saem. As semelhanças entre aquilo que é o orçamento e aquilo que é a execução é pura coincidência, só pode. A técnica orçamental deste executivo é “*orçamenta-se tudo e depois logo se vê. Se não for possível, como se sabe que não é possível, não há problema nenhum.*” Está lá a cabimentação orçamental e depois se vê. Não é um procedimento sério politicamente. O documento que se tem de analisar aqui com muita seriedade é aquele que se vai analisar no início do próximo ano com a execução de dois mil e vinte e dois. Esse sim, é a “*prova dos nove*” dos factos e em que se perceberá a capacidade, ou incapacidade, da execução da parte do Município. O senhor Deputado disse que esta Câmara podia quase ter aqui uma via verde para este ano de dois mil e vinte e três. No próximo ano irá receber do Governo mais de dez milhões de euros de receita corrente, a que se juntam mais três milhões de euros de receita de capital, ou seja, o Município vai receber dos impostos dos contribuintes treze milhões de euros, mais de um milhão de euros por mês. Os “*calimeros*” desta vida, acontecem em muitos sítios e estão sempre a queixar-se, mas a verdade é que os números apontam para um aumento muito significativo daquilo que é o financiamento, nomeadamente o da Câmara Municipal de Vagos. A estes treze milhões de euros, que são recebidos dos impostos, acresce a previsão de mais cinco milhões e quatrocentos mil euros de fundos comunitários e a Câmara Municipal ainda prevê mais dois milhões cento e cinquenta mil euros de empréstimos. No último exercício executado, o orçamento para aquisição de bens de capital era de nove milhões e quatrocentos mil euros. O investimento não ultrapassou os quatro milhões e quatrocentos mil euros, ou seja, não chegou a cinquenta por cento. No entanto, querem convencer que aquele valor vai para dez milhões, novecentos e cinco euros no próximo ano. Estão a tentar enganar quem? A ludibriar quem? Perguntou. Ainda no início desta sessão a informação do Presidente era muito clara. Toda a despesa de capital deste ano não está a ultrapassar os quatro milhões e trezentos mil euros. A execução do ano passado, no total, não atingiu os vinte milhões de euros. Este ano não está a ultrapassar os dezasseis milhões e setecentos mil de euros, mas para o ano estão orçamentados vinte e nove milhões de euros. Na página vinte e dois do documento, para dois mil e vinte e quatro estão trinta e sete milhões de euros. Infelizmente, o problema dos vaguenses é que não vivem da ficção dos orçamentos futuros

e sim da realidade da execução do presente. No documento não há uma proposta, não há um contributo, nem um argumento e, por isso, devem pensar como o senhor Deputado, que isto não é para levar a sério e não vale a pena empatar aqui grande investimento e, com toda a sinceridade, considera que era possível ter aqui um orçamento, um plano de atividades e um plano plurianual de investimentos completamente diferente e melhor, e um não justificado corte na verba para a Assembleia Municipal. Em vinte e oito milhões de euros do orçamento da Câmara cabem dezassete mil e quinhentos euros para a Assembleia Municipal. Não se sabe se isto nota, ou não, o peso político que o Presidente da Assembleia Municipal tem junto deste Executivo Municipal, mas esta deve ser a única verba do orçamento que sofre um corte em relação ao orçamento deste ano e aos orçamentos passados. O senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou há pouco que este orçamento está ultrapassado. Há uma série de questões e uma série de pressupostos que hoje já não são verdade. Eram quando aprovou, mas já não são hoje. Este orçamento, de facto, não está em condições. Uma última nota, o único orçamento participativo que os vaguenses conhecem é num hipermercado, onde as pessoas votam numa associação e sabem que a mesma recebe o dinheiro, porque com esta Câmara Municipal nem nunca se chega a saber se tem execução e se o Executivo valoriza alguma coisa aquilo ou não. É mais uma vez um faz de conta em que os vaguenses, infelizmente, não podem acreditar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** – O senhor Presidente da Assembleia Municipal recomendou ao senhor Deputado Óscar Gaspar a leitura atenta da página trinta e um deste documento, onde pode verificar que não houve nenhum corte no orçamento da Assembleia Municipal. O orçamento manteve-se o mesmo e o senhor Presidente sente-se perfeitamente tranquilo com o mesmo. O que houve foi uma alteração de rúbrica, um reforço na rúbrica de pessoal, atendendo às senhas de presença, que era de vinte mil euros e passou para vinte cinco mil euros. E esses cinco mil euros saíram da rúbrica trabalhos realizados, que tinha doze mil e quinhentos euros e ficou com sete mil e quinhentos euros. Isto aconteceu por uma única razão, ou seja, considerou-se preferível fazer esta alteração, e sugeriu-se ao Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal, para acautelar o acréscimo de reuniões extraordinárias, porque é a verba utilizada. Todas as outras verbas, apesar de estarem aqui, e como todas as ações da Assembleia Municipal são feitas em colaboração com a Câmara Municipal. Até hoje não houve necessidade de as utilizar. A relação institucional do Presidente da Assembleia Municipal com o Presidente da Câmara Municipal é, e manter-se-á, excelente, bem como a relação da Assembleia Municipal com a Câmara Municipal. -----

----- **Sidónio Sansana** – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que um orçamento não é um exercício de ficção. Tem de ter um grau de adequação à realidade de verbas credíveis que não podem andar “*para a frente e para trás e depois andar outra vez para a frente*” e que não criem a expectativa de que se vai estar, outra vez, aqui em fevereiro a aprovar medidas extraordinárias. Por isso, este orçamento tem uma série de questões que o senhor Deputado elenca, porque lhe causaram estranheza. Relativamente ao Palacete, mais 10% no orçamento, em relação à previsão anterior, antes da derrocada. Para o senhor Deputado este valor faria sentido

com a derrocada, após será superior. Em relação à ligação da A17 à ZIV, hoje estão verbas de cinco milhões previstas para dois mil e vinte e quatro ou dois mil e vinte cinco, mas hoje não está minimamente garantida essa verba e, por isso, espera-se que o milhão de euros que está disponível sirva para fazer a aquisição dos terrenos e que pelo menos esta parte do projeto não passe para um novo mandato. Continuando, disse que quando veio aqui, numa Assembleia Extraordinária, para aprovar uma verba extraordinária para o Museu do Brincar, já havia dado a entender na altura que seria um engodo meter no mesmo bolo a reparação de três estradas. Efetivamente, neste momento, verifica-se que duas dessas estradas, Vagueira - Areão e a Claudino Santos Costa na Vagueira, já passaram para o ano seguinte. A única que se mantém, estranhamente, é a ligação de Vagos para o Lombomeão. Com a Rua da Fonte no estado em que está, e sem previsão de finalizar, se as duas coincidem é o caos. Como é que se vai fazer para ir do centro de Vagos para a zona industrial ou para a Gafanha da Boa Hora? Perguntou. Em relação aos juros, este ano cerca de duzentos e dez mil euros de juros previstos no orçamento, quando no ano passado era de setenta/oitenta mil com juros praticamente nulos. A previsão do senhor Deputado é à volta de quatrocentos mil euros. Relativamente ao Centro Náutico e Piscatório da Praia da Vagueira já andou de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três. Só estes exemplos dão uma pequena ideia do que é a adequação à realidade que se falou de muitos destes números que estão no orçamento. -----

----- **Hugo Santos** – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que foram solicitados alguns contributos para o orçamento e alguns deles constam deste documento. Em relação aos alcatroamentos previstos, e previamente acordados, questionou para quando a sua execução. Entretanto, realçou a necessidade de requalificar o Largo do Cruzeiro, em Ouca, porque aquela estrada está miserável. O senhor Presidente já falou na requalificação da Escola Básica de Ouca, um projeto que já vem desde dois mil e dezoito, cujo projeto já está adjudicado, mas ainda não foi discutido. Na Carregosa a Regeneração Urbana do Largo da Capela, para o qual já houve um projeto, tendo havido o compromisso de que havia necessidade de rever o mesmo, foi feita uma proposta, é importante avançar com o mesmo. No Rio Tinto a questão da construção dos passeios, a fixação do lancil, o acordo que foi feito, na última reunião com o senhor Vice-Presidente, concordando de facto que é necessário garantir a uniformização com as outras Freguesias. A necessidade de concretizar o alargamento da ponte na subida do Rio Tinto, que vai no sentido de Ouca. No Tabuaço a requalificação dos Pontões que com estas intempéries estão cada vez piores. Aquilo que referiu aqui são essencialmente aquelas que foram as propostas da Junta de Freguesia de Ouca para fazerem parte deste documento. Obviamente, concorda que não possam ser todas concretizadas no mesmo ano, algumas estão inseridas, outras não estando inseridas questiona se foram tidas em conta e quando estão previstas serem executadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas e referiu que irá deixar as perguntas do senhor Deputado Óscar Gaspar para o final, até porque ele fez as perguntas e ausentou-se. Aliás, já não é a primeira vez que faz isso e o senhor Presidente, pela amizade toda que tem com ele, considera isso uma

deselegância tremenda, pessoal e política. Por norma, quem faz perguntas fica para ouvir as respostas, porque é muito desconfortável estar a responder a alguém que fez perguntas e que não ficou para ouvir as respostas. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Hugo Santos, disse que, de facto, alguns dos contributos que apresentaram foram aceites outros não, mas obviamente que isso é compreensível. Cada Presidente de Junta apresenta as necessidades para a sua Freguesia e a Câmara Municipal faz uma gestão daquilo que pode ou não fazer. No caso da Freguesia de Ouça, a Câmara Municipal manteve a regeneração do Largo da Capela na Carregosa embora se saiba que hoje existe uma série de alternativas. Por exemplo, ainda há pouco tempo foi apresentada uma proposta do Atletismo Clube da Carregosa de fazer uma permuta com a Câmara Municipal, no sentido de esta ceder a Escola de 1ºCEB da Carregosa à associação, e esta cede os terrenos que estão no antigo Campo de Futebol, que poderão vir a ser integrados no Parque Empresarial de Soza. É uma realidade previsional que terá de se ter alguns cuidados para não ser um exercício de ficção, mas também é um exercício para a Câmara Municipal ter de se ir adaptando à realidade. Agora surgiu esta novidade que não está aqui integrada, mas que pode ser uma forma de resolver essa questão. Ainda assim, decidiu-se não tirar essa rubrica do orçamento. É uma previsão orçamental que ali está e que pode ser usada e que pode até a vir ser mudada o nome da rubrica, mas a previsão orçamental está lá. Este exercício a Câmara Municipal também o faz, ou seja, coloca aqui muitas coisas que tem, obviamente, a intenção de fazer, mas que podem ou não ser feitas. Por exemplo, se houver uma obra que a Autarquia pretenda candidatar a fundos comunitários e não estiver prevista no orçamento ter-se-á de fazer uma alteração ao documento. Para isso, ter-se-á de agendar uma reunião de Câmara e trazer à Assembleia Municipal, para fazer uma simples alteração. O método que a Câmara Municipal tem utilizado é colocar previsivelmente as obras no Plano Plurianual de Investimentos, e depois, se forem concretizadas, muito bem. Se não forem concretizadas naquele ano, está também prevista a plurianualidade neste orçamento. Este orçamento, na verdade, é plurianual, é para mais do que um ano, para mais do que um exercício. Portanto, está aqui também um exercício, não de ficção, de anseio de necessidades que o Executivo Municipal vê no Concelho. Só que muitas vezes não há fundos suficientes para fazer face a todas as despesas que se gostaria de fazer. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana, sobre a Ligação da A17 à ZIV, disse que serão precisos cinco milhões de euros para fazer essa obra, valor previsível, porque ainda não foi lançado o concurso. O concurso irá ser lançado e depois será o valor de adjudicação que prevalecerá e ter-se-á de fazer esse ajustamento no orçamento. Mas, previsivelmente, são cinco milhões de euros. Se a Câmara Municipal constantemente recorrer a reduzir as receitas depois não há verba para fazer face às despesas que se quer, porque algumas dessas obras são financiadas por fundos comunitários, e outras não. A Câmara Municipal tem feito o seu trabalho em termos de execução de fundos comunitários que tem atingido valores bastante simpáticos. Quando não há fundos comunitários, se não forem as receitas próprias, a Câmara tem de recorrer a empréstimos. Qual é a grande vantagem? É que nos últimos anos a Câmara Municipal reduziu a

dívida e adquiriu capacidade de endividamento, sendo que noutras circunstâncias nem sequer podia recorrer ao endividamento. -----

Em relação às três estradas que estavam previstas disse que já se falou sobre isso. Algumas coisas foram feitas porque se precisou de fazer a candidatura dos Bairros Digitais, na Praia da Vagueira, e uma das obras era a Av. Claudino Santos Costa, e para isso era preciso estar prevista no orçamento. Relativamente ao Museu do Brincar, em relação àquilo que foia grande polémica, a Câmara Municipal ainda não adquiriu a coleção ao Museu do Brincar, não foi executada essa verba. A Câmara Municipal trouxe aqui à Assembleia Municipal a alteração ao orçamento, mas ainda não foi possível executar. Executar-se-á em breve. -----

O senhor Presidente disse também que iria registar a previsão do senhor Deputado, dos quatrocentos mil euros para os juros. -----

Quanto às obras na Rua Padre Maria Vicente da Rocha, disse que elas nunca irão começar enquanto durarem as obras na Rua da Fonte. Entretanto, as obras na Rua da Fonte estarão a terminar. O prazo é até trinta e um de dezembro, mas terá uma prorrogação de, provavelmente, mais um mês. -----

Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente começou por esclarecer que procura sempre fazer política recorrendo aos factos concretos e à verdade. No documento, em relação à transferência de competências, diz *“continua a verificar-se a não concretização de transferência de competências nas áreas das vias de comunicação e do património imobiliário público sem utilização.”* À data a que se escreveu isto era assim que estava. Entretanto, desde essa altura houve uma evolução, a Câmara Municipal tem vindo a conversar com o Ministério das Finanças, através da DGTF, para fazer a transferência da Casa dos Magistrados para a Câmara Municipal, sendo certo que isso tem impacto orçamental zero. Mas, ainda assim, o senhor Presidente não quis que estivesse aqui escrita uma coisa que não correspondesse exatamente ao que se passa no dia de hoje e, por isso, chamou à atenção. O orçamento não está nada ultrapassado, o que está ultrapassado é uma frase, singelamente ultrapassada, que aqui está e que foi escrita em setembro/outubro, antes da aprovação do orçamento na Câmara Municipal. Mas esta é a diferença de fazer política entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata de Vagos. Continuando, disse que o senhor Deputado Óscar Gaspar afirmou que a primeira pergunta que lhe fizeram foi se gostava da cor, mas pelo facto de não ter estado presente no início da reunião, portanto, só pode ter feito essa pergunta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal ou aos senhores Deputados Nuno Moura, Sidónio Sansana ou Rodrigo Capeloa, que estava na reunião em representação do CDS. Depois fez uma série de avaliações sobre o trabalho da Câmara Municipal, mas podia ter falado também das noventa e oito empresas que Vagos tem a mais nestes últimos dez anos; dos mais mil novecentos e noventa e oito postos de trabalho criados; dos cerca de um milhão e trezentos euros a mais de IMT e de Derrama; e dos duzentos alunos que há a mais nas escolas do concelho. Mas o senhor Deputado podia também perguntar ao contrário, ou seja, questionar os polícias se estão satisfeitos com este Governo do Partido Socialista, perguntar aos funcionários públicos, aos médicos, enfermeiros e

auxiliares dos hospitais e aos utentes do Serviço Nacional de Saúde. No que respeita às transferências que o Estado faz para a Autarquia Local, em primeiro lugar, convém esclarecer, que o Estado não faz nenhum favor às Autarquias. Há uma Lei da Finanças Locais, que os Governos sucessivamente têm vindo a incumprir o que está previsto, e como é que se calculam as receitas dos Municípios e a participação que têm no Orçamento de Estado. Seria o que mais faltava que os Municípios tivessem uma série de despesas para prestar serviço público aos cidadãos e não tivessem uma receita subsequente do Orçamento de Estado dos impostos que todos pagam. O Município de Vagos recebe dez milhões de euros de transferências correntes. O que está previsto no orçamento, e é preciso ver a outra parte, é que só de despesas com pessoal estão previstos seis milhões, isto para já não falar nos transportes públicos, nos transportes escolares, na iluminação pública e nas despesas todas que o Município tem, mais aquelas em que muitas vezes se substitui ao Governo. E dar três milhões de euros de investimento, para um Município como Vagos? Mal seria se o Município não tivesse receitas próprias e capacidade de atrair mais. Para finalizar referiu que o senhor Deputado Óscar Gaspar falhou em tudo, até na cor do orçamento, porque ele é de cor azul e não de cor verde. -----

----- **Nuno Moura** – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que o PSD não fez nenhuma intervenção inicial, relativamente ao documento, precisamente por se tratar de uma orçamento que vai de encontro ao programa político que apresentou às eleições e que obteve a maioria dos votos e, por isso, ganhou as eleições e o Executivo Municipal do PSD. Portanto, como o grupo municipal do PSD considera que é um documento sério e tem ao longo dos anos satisfeito, pelo menos, a maioria dos vaguenses, entendeu que não havia a necessidade de vir aqui discutir. Mantendo a coerência do que disseram, relativamente aos outros pontos, consideraram importante vir aqui discutir o que está menos bem e chamar à atenção da Câmara Municipal para os assuntos que poderão não estar tão bem esclarecidos. O PSD leu o documento, está satisfeito com o mesmo e vai ao encontro do programa eleitoral apresentado e, portanto, quanto a isto não é necessário dizer mais nada. Entretanto, o senhor Deputado Nuno Moura terminou a intervenção, esclarecendo que quem fez a pergunta sobre a cor do orçamento foi o próprio, porque já está habituado a que o Partido Socialista se pegue a tudo o que é lateral e menos no que é essencial. Ao pegar no essencial terá de favorecer o PSD, porque tem feito um trabalho exemplar, e é isso que lhes custa. O grupo municipal do PSD considera que este documento merece uma credibilidade maior e não quer participar em intervenções que lhe parecem tristes, assim como a maioria do povo que tem demonstrado isso nas votações que tem dado ao Partido Socialista. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que este é só um dos momentos altos da vida de uma Câmara Municipal, a apresentação do orçamento, tal como a prestação de contas. Ao contrário do Governo, todos eles e não só este, que só apresentam orçamentos e não apresentam prestação de contas. Por vezes, estão a discutir coisas que depois, na verdade, não são, porque há as cativações onde se coloca lá uma verba e, entretanto, cativa-se só metade. Por fim, o senhor Presidente disse que tem em sua posse

contributos do CHEGA, do CDS, do PSD e, no meio de tanta crítica, o PS não apresentou um único contributo para este orçamento municipal. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** - O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação. -----

-----**Deliberação:** A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com seis(6) votos contra e duas (2) abstenções, aprovar o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2023. O senhor Deputado Bruno Julião apresentou declaração de voto: *“Tendo em conta a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Vagos de “Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipal 2023” e: considerando que sistemática e recorrentemente a Câmara Municipal de Vagos apresenta o Orçamento e Plano de Investimento como o mero cumprimento de uma obrigação legal; considerando que a maioria dos projetos e valores previstos em todos os orçamentos anteriores ficam no papel e não há, portanto, nem uma identificação do que se pretende, de facto fazer, nem um compromisso dos investimentos a realizar (note-se que no último exercício executado o orçamento para aquisição de bens de capital era de 9.366.965€ e o investimento não ultrapassou os 4.469.574€), revelando uma falta de ambição que conduz o nosso município à estagnação, em comparação com outros territórios; considerando que o Relatório do Orçamento não identifica as prioridades do município, nem os instrumentos a acionar em prol do desenvolvimento do município e do bem estar dos vaguenses, revelando uma falta de visão estratégica na condução dos destinos do nosso município que se baseia assim em mera gestão corrente; considerando que há pressupostos que estão comprovadamente errados ou desatualizados, o deputado municipal do PS vota CONTRA o “Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Atividades Municipal 2023.”*-----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____

-----**O(A) Secretário(a),** _____